



INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos

2008

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2008, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 809, de 28 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores;
- Edital de 28 de dezembro de 2007, do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;
- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em janeiro de 2008.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 809, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007*

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

Art. 3º. A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º. A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

Parágrafo 1º. As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

Parágrafo 2º. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. A Quarta Fase constará de prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, a prova da Quarta Fase terá peso equivalente à metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º. Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008, 115 (cento e quinze) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º. O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

Art. 8º. Fica revogada a Portaria Nº 768, de 23 de novembro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicada no Diário Oficial da União em 27 de novembro de 2007.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

* Publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007 (Seção 1, página 81)

**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO**

**EDITAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007[†]
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA**

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 14 de janeiro a 14 de fevereiro de 2008, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia;

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia (o item 10.5 deste Edital estabelece nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase);

d) Quarta Fase: prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 115, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R\$ 7.751,97 (sete mil e setecentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos).

* Publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007 (Seção 3, páginas 172 a176). Esta versão inclui as retificações publicadas no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2008.



3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.º, § 2.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples), via SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **18 de fevereiro de 2008**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2008 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.



4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, no Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais necessárias.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, aprovados e classificados no Concurso Público, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Concurso.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 120,00.



5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, solicitada no período entre **10 horas do dia 14 de janeiro de 2008** e **23 horas e 59 minutos do dia 14 de fevereiro de 2008**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.4 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU COBRANÇA).

5.1.4.1 A GRU estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008> e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição **imediatamente** após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.1.4.2 A GRU COBRANÇA pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.1.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **15 de fevereiro de 2008**.

5.1.6 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

5.2 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas e pela segunda língua estrangeira – Alemão, Árabe, Chinês (Mandarin), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo – para efeito de realização da prova da Quarta Fase. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3.º, e o artigo 34, § 3.º, da Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.



5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, impreterivelmente, via SEDEX, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2008 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, laudo médico (original ou cópia simples) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia simples) referido no subitem 5.4.9 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.4.9.4 O laudo médico valerá somente para este Concurso, não será devolvido e não serão fornecidas cópias desse laudo.

5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, no Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital.

5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Direito e Direito Internacional Público e Noções de Economia.

6.2 **Data e horário:** a Prova Objetiva será aplicada no dia **9 de março de 2008**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.

6.2.1 Na data provável de **27 de fevereiro de 2008**, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço



eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: a Prova Objetiva será constituída de 65 questões objetivas.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.



6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões da Prova Objetiva será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final na Prova Objetiva (*NFP0*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.^a posição (20.^a posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.

7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.^a posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.

7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **25 de março de 2008**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, até as 18 horas da data provável de **11 de março de 2008**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação



desse gabarito, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008> no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário:** a prova escrita de Português será aplicada no dia **30 de março de 2008**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características:** a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado:** o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **6 de maio**



de 2008, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **21 de maio de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DE NOÇÕES DE ECONOMIA.

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **24 de maio de 2008**: História do Brasil;
- data provável de **25 de maio de 2008**: Geografia;
- data provável de **31 de maio de 2008**: Política Internacional;
- data provável de **01 de junho de 2008**: Inglês;
- data provável de **07 de junho de 2008**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **8 de junho de 2008**: Noções de Economia.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de **4 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

10.3.1.2 Nas provas de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 25 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.



10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 300 (trezentos) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.

10.6 **Resultado:** o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **25 de junho de 2008**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **8 de julho de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA QUARTA FASE: PROVA ESCRITA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, CONFORME OPÇÃO DO CANDIDATO

11.1 A Quarta Fase constará de prova escrita de língua estrangeira (Alemão, Árabe, Mandarim, Espanhol, Francês, Japonês ou Russo), de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta) pontos.

11.2 A prova da Quarta Fase será realizada na data provável de **8 de junho de 2008**, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de 2 horas.

11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer a prova da Quarta Fase, conforme opção feita no ato de inscrição (*vide* subitem 5.4.1 deste Edital).

11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.

11.4 O candidato que não comparecer à prova da Quarta Fase, ou que a entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado do Concurso.

11.5 A prova da Quarta Fase constará de questões de compreensão de texto(s) na língua escolhida pelo candidato. As respostas deverão ser dadas na mesma língua.

11.6 **Resultado:** o resultado provisório da prova da Quarta Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **9 de julho de 2008**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

11.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

11.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **16 de julho de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

12 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **17 de julho de 2008**.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE



13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
- c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;
- d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva.

13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **Aceitação das normas deste Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2008 estará disponível a partir do dia 21 de janeiro de 2008, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

14.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos <http://www.irbr.mre.gov.br> e <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>.

14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008>, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.

14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.6.1 As provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, observadas as seguintes condições:

- a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;
- b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;



c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.

14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.

14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.



14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou de sua impressão digital;

14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

14.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

14.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 14.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.



PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I

Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se



condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subsequentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas do Concurso,
além de exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2008, a prova objetiva será constituída de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*



PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa:

1 Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. Morfossintaxe. Semântica. Vocabulário.

2 Leitura e produção de textos. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro Enigma**. ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. ---. **São Bernardo**. RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.



GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida –, que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenas a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.



A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).

Prova de 2007

Parte I – Redação

Texto I

[...] Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... [...] Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; — e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...]

Machado de Assis. **O Espelho**. In: Papéis Avulsos. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 164.

Texto II

[...] É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provoca no lusitano, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejo de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. [...]

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que, não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos — que ele desprezava —, nem com os europeus — que o desprezavam —, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro.

Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilianidade. [...]

Darcy Ribeiro. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 127-128.

Texto III

[...] Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque "se envergonhava" de si mesmo, de sua realidade biológica. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas



próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros. [...]

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 18.^a ed., p. 125.

Elabore dissertação com base na analogia entre as idéias expostas nos textos I, II e III.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Luiz Fernando Deo Evangelista (52,5/60)

O processo de formação da identidade cultural brasileira não aconteceu de forma rápida e uniforme. Ao longo de mais de cinco séculos, desde o descobrimento do Brasil, houve instalação de projetos específicos em cada fase da história nacional, determinando modelos culturais variados, que atendiam aos objetivos particulares dos colonizadores e, posteriormente, aos daqueles das classes dominantes. Com essa característica peculiar às colônias de exploração, a identidade nacional brasileira forjou-se lentamente, caracterizada, antes, pelo sentimento anti-lusitano e, muito tardiamente, por uma afirmação autônoma de brasilidade.

Enquanto a metrópole portuguesa empreendeu vultosa empresa mercantilista, orientada para o exclusivo colonial e para a transferência de riquezas da colônia para a Europa, as manifestações de unidade no povo brasileiro foram, deliberadamente, impedidas. Nessa época, a política dos colonizadores foi o controle de ameríndios e de escravos por meio da força e da religião, tentando articular o povo em consonância com o projeto colonial. É nesse momento da história pátria que as marcas da resistência se caracterizam pela luta contra lusitanos. A rebeldia dos indígenas contra a escravidão e a fuga dos escravos para os quilombos são exemplos de uma força identitária primordial, construída por meio da negação do outro.

A independência brasileira não provocou alterações significativas na estrutura sócio-econômica nacional e, conseqüentemente, na capacidade de o povo se afirmar, de forma autônoma, diante de si e de outras nações estrangeiras. Com o objetivo de consolidar o território e de manter a unidade física do país, o Império brasileiro acabou retardando o surgimento espontâneo de nacionalismo no Brasil, além de provocar receio, nas diversas repúblicas sul-americanas, por ser o único representante monárquico no continente. Mais uma vez, o Brasil se afirma, perante o ideal europeu, opondo-se aos vizinhos, oferecendo a ordem imperial contra o caudilhismo das ex-colônias espanholas.

Apesar de todos os constrangimentos para que genuína brasilidade surgisse de forma espontânea, podem-se observar, a partir do movimento literário romântico, da guerra contra o Paraguai e do lento mecanismo de troca do trabalho servil pelo assalariado, as bases do que, no Brasil, poder-se-ia chamar de construção da nacionalidade, em forma semelhante àquela que Eric Hobsbawn define como invenção das tradições. Como entre outros povos, a nação brasileira foi construída a partir do resgate do passado cultural comum e de projeto para o futuro, que tem sido perene até os dias atuais.

Esse movimento nacionalista, iniciado em meados do século XIX, aprofundou-se com a vitória dos republicanos, com a obra do Barão do Rio Branco, que procurou maior alinhamento dos ideais brasileiros aos do restante do continente americano, e com os artistas modernos de 1922, verdadeiros responsáveis pela gênese de literatura engajada a favor da



autonomia nacional. A partir do momento em que o povo brasileiro alcança liberdade e confiança em seu futuro, encontrando, paulatinamente, o caminho do desenvolvimento nacional, torna-se mais fácil reinterpretar a história por meio de novos métodos, que vão substituindo conceitos tradicionais, comprometidos com pensamento conservador e preconceituoso.

Essa revisão historiográfica brasileira pode ser encontrada na obra de Sérgio Buarque de Holanda e de Darcy Ribeiro. Esses autores, trabalhando por meio de abordagens científicas, juntam-se a outros prosadores clássicos, como Machado de Assis, eficaz explorador crítico da psique humana, para ajudar a construir o nacionalismo brasileiro. A contribuição desses intelectuais serve para que o nacional do Brasil não se envergonhe nem de suas origens mamelucas nem da influência racial africana.

Ainda que, no início do século XXI, o Brasil apresente herança cultural que determina, para o bem ou para o mal, o destino do povo, pode-se afirmar que a nação brasileira está consolidada. Ao contrário de se apresentar como negação da cultura e da identidade estrangeira, a inserção internacional do país é feita por meio de um povo orgulhoso de si, que se afirma por diversos espaços do domínio cultural, econômico e científico. O lento mecanismo de afirmação identitária permitiu a passagem segura de um povo que se afirmava contra a identidade alheia, para uma nação livre, democrática, cidadã e soberana.

Parte II – Interpretação de texto

— [...] assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

— Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

— Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende.

[...]

— E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os deficits da vida?

— Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

— Nem política?

— Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do scibboleth* bíblico.

— Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

— Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; — é mais fácil e mais atraente. Supõe que desejas saber por que motivo a 7.^a companhia de infantaria foi transferida de Uruguiana para Canguçu; serás ouvido tão-somente pelo ministro da guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixonada naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E



depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

— Farei o que puder. Nenhuma imaginação?

— Nenhuma; antes fazes correr o boato de que um tal dom é ínfimo.

— Nenhuma filosofia?

— Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.

— Também ao riso?

— Como ao riso?

— Ficar sério, muito sério...

— Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir

alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, — e este ponto é melindroso...

— Diga...

— Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebrantar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?

— Meia-noite.

— Meia-noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli. Vamos dormir.

Machado de Assis. Teoria do Medalhão. In: **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 74-84.

* Nota explicativa – Scibboleth (ou Xibolet): conforme narrado em Juizes (12), a má pronúncia da palavra permitia identificar os inimigos.

O conto **Teoria do Medalhão**, de Machado de Assis, tem a forma de um diálogo, ao longo do qual o pai dá conselhos ao filho que completa sua maioridade. Interprete o fragmento acima, extraído desse conto, sem deixar de comentar a referência, no último parágrafo, à obra **O Príncipe**, de Maquiavel.

Extensão: de 100 a 150 palavras

Luiz Fernando Deo Evangelista (18/20)

Em seu conto “Teoria do Medalhão”, Machado de Assis apresenta, criticamente, os conselhos de um pai para o filho que completa a maioridade. Observa-se o sonho burguês de se perpetuar no poder, mesmo que as atitudes necessárias para esse objetivo sejam moralmente questionáveis. Os ensinamentos paternos para que o filho se torne pessoa ilustre, não importando em que área de atuação, esforçando-se pelo conservadorismo nas idéias e nos atos, é forma irônica de Machado de Assis analisar a tradição da burguesia brasileira dezenovesca.



A referência final ao livro de Maquiavel é bastante pertinente ao objetivo crítico do autor. Elaborado em forma de conselhos, por meio dos quais o príncipe florentino deveria governar e manter-se no poder, os ensinamentos do escritor italiano coadunam-se com os do personagem paterno da obra de Machado e fundamentam-se na lógica de perpetuar o controle da cidade-estado, independentemente de constrangimentos morais.

Parte II – Exercício II

Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir. [...]

[...] A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. [...]

Antonio Candido. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981., 6.ª ed., p. 9-10.

Comente o texto acima, interpretando a propriedade da avaliação nele contida.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Daniel Guilarducci Moreira Lopes (17,5/20)

*Na obra **Formação da Literatura Brasileira**, de Antonio Candido, encontra-se a tese de que a literatura brasileira ocupa espaço de menor vulto entre as principais representantes do cânone do Ocidente. Sua derivação da literatura portuguesa, bem como a fragmentação identificada em seu processo histórico de formação, provocariam, na literatura do País, incapacidade de apresentar continuidade de alto valor estético. Essa limitação poderia gerar falta de atratividade e até mesmo desprezo por parte da crítica e do público leitor.*

O rigor do teórico no julgamento da literatura nacional pode, entretanto, ser questionado. Sua avaliação não se apresenta, no contexto atual, como totalmente adequada. Tanto do ponto de vista artístico-literário, quanto no âmbito comercial, a literatura brasileira, em sua articulação entre escritores, obras e leitores, desperta interesse e apresenta-se como instrumento eficaz de representação da cultura do Brasil no cenário internacional.

*



HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. O período colonial. A configuração territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.



Bibliografia sugerida:

- ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.
- BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: A Política Externa de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- _____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.
- IGLESIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.



_____. **A Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2007

Questão 1

A propósito dos partidos políticos liberal e conservador durante a Regência e a primeira década do Segundo Reinado, discorra sobre

- a) o pensamento político dessas correntes partidárias; e
- b) o impacto desse pensamento sobre a institucionalização do Estado.

Marina Guedes Duque (19/20)

A construção da ordem nacional durante o período imperial é largamente tributária do pensamento político e da ação das elites brasileiras. Uma vez desatadas as amarras coloniais, fazia-se necessário consolidar não só o Estado como também a nação brasileira, por meio do estabelecimento das fronteiras territoriais, da legitimação do governo central e da elaboração da identidade nacional. A esses fins dedicou-se a elite política imperial, responsável por lançar as bases da ordem que seria gradualmente consolidada nos governos seguintes.

De acordo com José Murilo de Carvalho, as profundas diferenças entre a trajetória política do Brasil independente e aquela de seus vizinhos hispano-americanos devem-se, em larga medida, à homogeneidade das elites políticas brasileiras. A formação comum nas faculdades de Direito de Coimbra e, posteriormente, nas de Recife-Olinda e São Paulo engendrou considerável uniformidade de pensamento em uma elite que constituía verdadeira “ilha de letrados em um mar de analfabetos”. Essa formação educacional possuía caráter centralizador, ao procurar afastar-se da influência do liberalismo proveniente dos ideais napoleônicos.

A cultura política luso-brasileira, ademais, tendia a valorizar substancialmente o papel do Estado na formação nacional, à diferença do que ocorreu em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As atividades econômicas não tinham potencial suficiente para absorver a maioria dos bacharéis que se formavam; como consequência, as atividades política e burocrática constituíam destino principal das elites pensantes provenientes das faculdades de Direito. Em muitas ocasiões, desse modo, tanto a burocracia como o sistema político adquiriram interesses mais identificados com o Estado do que com elites econômicas específicas.

Além da formação acadêmica comum, os burocratas e os políticos seriam submetidos a uma formação profissional que tendia à uniformidade, como resultado da rotatividade de cargos e regiões de atuação. Embora houvesse algumas divergências dentro das elites – como demonstra a formação dos partidos liberal e conservador –, sobressai, portanto, a tendência à homogeneidade de pensamento e ação, na direção da centralização e da consolidação do Estado nacional. Somente um Estado forte seria capaz de manter o regime escravista, a despeito de pressões internacionais, e de defender alguns dos interesses das elites econômicas, ao mesmo tempo em que evitava o esfacelamento do território nacional ensaiado por diversas rebeliões regionais.

Os partidos políticos liberal e conservador compartilhavam, desse modo, a defesa do regime monárquico, cuja manutenção seria a origem de legitimidade do Brasil independente e havia permitido uma transição relativamente calma do poder colonial, ao conter tanto



inovações como continuidades. A monarquia brasileira distinguir-nos-ia das repúblicas hispano-americanas, não só aos olhos dos europeus, como também no pensamento das elites nacionais. A política externa do período, assim, teria caráter eurocêntrico, como demonstram as discussões no âmbito do Conselho de Estado, ao mesmo tempo em que continha certo desprezo pelos vizinhos sul-americanos, associados à instabilidade e ao caudilhismo.

Os dois partidos também possuíam visões semelhantes no que concerne à necessidade de centralização do poder, ainda que discordassem quanto ao grau de fortalecimento do Estado central. O partido liberal formou-se como reação ao “autoritarismo” de D. Pedro I, cujo governo caracterizou-se pela ampla utilização das prerrogativas do Poder Moderador. Durante o período regencial, dessa forma, o Ato Adicional de 1834 fomentou a descentralização política, por meio da extinção do Conselho de Estado e do Poder Moderador; e da delegação às províncias regionais de poderes do governo central, como os de formar exércitos e contrair empréstimos no exterior.

A Regência, no entanto, caracterizou-se pelo auge da instabilidade política. O partido conservador, por conseguinte, consolidou-se em reação às medidas descentralizadoras, principalmente após 1838. Com o intuito de evitar o “regresso” conservador, os liberais promoveram o Golpe da Maioridade, que terminou por satisfazer ambas as partes, ao permitir o encerramento das instabilidades regionais com a Revolta Praieira, atribuir maior legitimidade e poder à administração central, e preparar o caminho para o soerguimento econômico do país.

O pensamento político das elites imperiais possuía, portanto, alto grau de homogeneidade, com a exceção de algumas divergências de caráter específico, como a relativa ao grau de centralização. Vale ressaltar, por fim, que a constante interação das elites e o contínuo revezamento dos partidos liberal e conservador no poder permitiu, na maior parte do período considerado, a conciliação em torno do objetivo comum de institucionalizar o Estado brasileiro. A conjunção desses fatores, assim, propiciou a construção da ordem no Brasil e a manutenção da unidade territorial nacional.

Questão 2

A agroexportação foi característica marcante do modelo econômico vigente no Brasil oligárquico. A esse respeito, comente:

- a) o peso do café na economia brasileira durante a República Velha; e
- b) as razões para a adoção das políticas de valorização do café nesse período.

Maurício Alves da Costa (19/20)

Desde o Império, o café havia-se tornado o principal produto na pauta de exportações do Brasil. A República Velha manteria o modelo agroexportador do período anterior, bem como seria pautada pelo domínio político dos cafeicultores do oeste paulista, diferentemente do que ocorria no Segundo Reinado.

O peso do café na economia brasileira durante a República Velha envolve diversos fatores: o café era o principal produto de exportação e, por consequência, a principal fonte de receitas para o governo e de renda para o país; os cafeicultores do oeste paulista promoveram a imigração européia para substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; o crescimento da produção e das exportações levou aos primeiros investimentos em infraestrutura, como ferrovias; a renda gerada pelo café levou aos primeiros investimentos significativos na industrialização; e a combinação desses fatores provocou a formação de grandes centros urbanos na zona cafeeira, principalmente São Paulo.



O incentivo e a promoção da imigração foram importantes iniciativas que tiveram forte impacto sobre a economia nacional. Além de suprir a mão-de-obra nos cafezais, a imigração trouxe ao Brasil, além de camponeses, mão-de-obra capaz de trabalhar na indústria, treinada nas fábricas italianas.

A construção de ferrovias para o escoamento da produção de café influenciou significativamente a estrutura urbana da região. A atração de população e a formação de aglomerações urbanas possibilitaram a formação de um incipiente mercado de comércio e serviços, bem como a formação das primeiras indústrias, principalmente no setor têxtil.

O peso mais importante do café nesse período, entretanto, estava nas exportações. O Brasil da República Velha cumpria, na divisão internacional do trabalho, o papel de exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Por ser um país ainda de baixa industrialização, a maior parte das receitas fiscais do governo federal provinha dos impostos de exportação. Tais receitas eram essenciais não apenas para a administração interna, mas principalmente para a acumulação de divisas e para o pagamento da dívida externa brasileira. As receitas alfandegárias eram tão importantes economicamente que, no funding loan, a hipoteca das alfândegas dos principais portos brasileiros foi dada como garantia.

A economia brasileira dependente das exportações de café estava, portanto, fragilizada em relação a possíveis reduções do preço do produto no mercado internacional. Tais reduções provocaram políticas de valorização do produto que, além de garantirem as receitas governamentais, procuravam garantir a renda dos cafeicultores.

A queda dos preços internacionais do café era causada principalmente pela superprodução brasileira. Mecanismos de desvalorização cambial eram utilizados para garantir a renda dos cafeicultores, o que causava o encarecimento das exportações. Celso Furtado define tal mecanismo como “socialização das perdas”. Em graves crises de superprodução, eram utilizados mecanismos de compra e estocagem de parte da safra pelo governo central e, na impossibilidade de fazê-lo, tal compra era assumida pelo governo provincial.

Em 1906, produtores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram o Pacto de Taubaté, que consistia na venda de parte da safra para investidores estrangeiros, que fariam a administração da oferta do produto no mercado internacional, e na contração de empréstimo pelo governo para a compra de outra parcela da safra.

As políticas de valorização, entretanto, não eram eficientes para manter o nível de preços. A elevação do preço do produto incentivava o investimento de novos produtores, ocorria um aumento das plantações e, por conseqüência, um nova crise de superprodução a curto prazo. Assim se formava um círculo vicioso que exigia a aplicação de sucessivas políticas de valorização.

A República Velha era, antes de tudo, um regime dominado pelas oligarquias regionais. Um dos principais artífices da República, o Partido Republicano Paulista – PRP –, era composto principalmente por cafeicultores do oeste paulista insatisfeitos com a falta de representatividade que tinham no Império e que, por isso, defendiam o federalismo e a autonomia provincial. Na República esses setores formariam a elite governamental e, a partir da “política dos governadores” de Campos Sales e da consolidação da “República do Café com Leite”, com o Pacto de Ouro Fino, em 1911, o interesse de tais classes predominaria sobre o interesse geral.

O peso relativo do café na economia do período, portanto, deve-se tanto à necessidade de receitas fiscais quanto à necessidade de satisfação dos interesses econômicos das elites cafeicultoras. Além disso, o peso relativo do café era potencializado pela não diversificação da atividade econômica, o que aumentava a dependência das exportações do



produto. As políticas de valorização tornavam-se necessárias para a manutenção do nível de preços e receitas, a produção aumentava, os preços caíam e novas políticas de valorização tornavam-se necessárias: um círculo vicioso que seria rompido somente com a crise de 1929 e a inviabilização da aplicação de tais políticas.

Questão 3

“A vitória do Sr. Jânio Quadros nas eleições de 3 de outubro para a presidência da República tem um significado muito mais profundo e importante para a compreensão do atual momento econômico-político brasileiro do que parece à primeira vista. Uma análise mais profunda das circunstâncias conhecidas ou ocultas que permitiram ou possibilitaram essa vitória nos revela que se trata de um dos fatos importantes da vida nacional nos últimos trinta anos.”

Leôncio Basbaum. *História sincera da República*, vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 235.

A República Liberal de 1945 a 1964 foi palco de momentos de grande dramaticidade. A chegada de Jânio Quadros à presidência e sua saída incluem-se entre esses momentos. Tomando o texto acima como referência inicial, analise

- a) as modificações do ambiente político-eleitoral que levaram Jânio Quadros ao poder; e
- b) as interpretações disponíveis para o gesto da renúncia.

Bruno Pereira Albuquerque de Abreu (18/20)

Ao assumir o poder em 1961, Jânio Quadros encarnava a rejeição à forma como a política era feita no Brasil desde 1945. Apesar de apoiado pela UDN, partido que havia recolhido apenas derrotas nas três eleições presidenciais anteriores, Jânio foi eleito pelo pequeno PTN, depois de uma carreira bastante rápida, na qual havia sido prefeito da cidade de São Paulo, governador do Estado paulista e deputado pelo Paraná. Como a mostrar seu desprezo pelas siglas partidárias, nessa última eleição havia concorrido pelo PTB, partido criado por Getúlio Vargas para ser o seu suporte junto às classes populares.

Durante a campanha presidencial, Jânio havia usado uma vassoura como símbolo de que varreria toda a podridão política que denunciava. A UDN via no candidato a oportunidade de chegar ao poder e, por vir Jânio de um partido pequeno, controlá-lo no Congresso. A aliança dos partidos criados pelos que apoiavam Getúlio Vargas, PSD-PTB, em grande parte pelo pequeno envolvimento do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, no pleito, havia indicado o General Henrique Lott, de pouco carisma. Juscelino tinha planos de voltar ao poder em 1965 e sabia que ao próximo governo medidas econômicas duras caberiam.

Apuradas as urnas, Jânio tornava-se o presidente eleito com o maior número de votos até então. Como as eleições para presidente e para vice eram separadas, o mesmo eleitorado que elegeu Jânio Quadros colocou na vice-presidência o prócer do PTB e bête-noire dos militares desde 1954, quando foi ministro do trabalho, João Goulart.

Dessa forma, Jânio era eleito não apenas porque o eleitorado havia identificado nele uma forma de fazer política diferente, mas também pela falta de empenho de JK em fazer o sucessor e pela certeza da UDN de que poderia controlá-lo. Ao longo da década de 1950, denúncias de corrupção e crises políticas tinham-se constituído no cerne da vida política brasileira. O suicídio de Getúlio em 1954, o golpe dado pelo General Lott para tornar possível a posse de JK e o acirramento da disputa entre PSD-PTB, de um lado, e UDN de



outro, fizeram o eleitor brasileiro procurar algo diverso, e a figura do professor paulista avesso à forma tradicional de política – e que havia feito dois bons governos tanto na cidade quanto no estado de São Paulo – parecia ser o que o eleitor queria.

A atitude de Jânio Quadros no governo, no entanto, foi diversa da que a UDN esperava. O partido não conseguiu, como pretendia, controlar o presidente. Ao mesmo tempo em que esse seguia, no plano econômico, o receituário de ajustes do FMI – o que significava aumento no preço do trigo e do petróleo, antes subsidiados, com os impactos no custo de vida diminuindo-lhe a apoio popular – Quadros, no âmbito externo, iniciava política externa independente, rompendo um alinhamento com os Estados Unidos inaugurado pelo Barão do Rio Branco. Ao lado disso, medidas exóticas como a proibição das rinhas de galo e do biquíni, davam à Jânio a fama de, no mínimo, excêntrico.

Sem apoio no Congresso, perdido quando a UDN percebeu ser incapaz de controlá-lo, e perdendo, também, apoio popular, Jânio começou a vislumbrar uma saída "Gaullista", em referência ao golpe branco dado pelo General de Gaulle, pouco antes, na França. O estopim para a tentativa ocorreu quando Carlos Lacerda o criticou pela condecoração de Che Guevara, então ministro da defesa cubano, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Segundo Lacerda, em denúncia pela televisão, após isso, ele teria sido procurado pelo Ministro da Justiça, que lhe apresentou o plano do golpe.

Sem apoios e acreditando que o Congresso Nacional não aceitaria sua renúncia, em 25 de agosto, antes portanto de completar oito meses no cargo, Jânio apresenta sua carta-renúncia, que foi aceita pelo Congresso, desapontando-o. Segue, então, para Portugal.

Além dos motivos políticos da perda de apoio, autores como Thomas Skidmore atentam também para traços da personalidade de Jânio, como a depressão e o uso excessivo de álcool. Sua saída irá gerar mais uma crise, com a recusa dos ministros militares em aceitar o vice-presidente, João Goulart, então em missão na China Comunista, como mandatário da Nação. Embora contornada com a solução de compromisso do parlamentarismo, essa crise é um dos antecedentes do golpe militar de 31 de março de 1964.

Questão 4

O Brasil tem mostrado, em sua história recente, tendência à excessiva concentração espacial das atividades que desenvolve, da qual resulta a hipertrofia das áreas metropolitanas. A respeito da acentuada urbanização verificada no Brasil, em especial na segunda metade do século passado, analise os seguintes aspectos:

- a) a relação entre industrialização e urbanização no Brasil pós-1945;
- b) as resultantes culturais das migrações internas do campo para os grandes centros urbanos nas últimas décadas do século XX.

Daniel Guilarducci Moreira Lopes (18/20)

Embora não se possa estabelecer uma relação imediata de causa e consequência entre os processos de industrialização e de urbanização no Brasil, ambos ocorreram paralelamente e de forma acentuada na história brasileira, após a Segunda Guerra Mundial. Até o primeiro governo de Getúlio Vargas, o Brasil era um país eminentemente agrícola e sua indústria nascente limitava-se a setores tradicionais e de baixa tecnologia, como a indústria têxtil. Na década de 1920, incentivada pelo Estado brasileiro, instalou-se em Minas Gerais a siderúrgica Belgo-Mineira, como forma de minorar a carência do País por indústrias de base. No projeto de modernização e desenvolvimento do Brasil encampado por



Getúlio Vargas, a negociação com vistas à instalação de uma siderúrgica de grande porte era a pedra angular de sua política externa. Vargas obteve sucesso, com a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O Nordeste, naquele momento, já há muito não mostrava a pujança dos tempos de colônia. Os problemas sociais, a decadência econômica e as fortes secas funcionavam como fatores de repulsão das populações, em busca de melhores oportunidades. No início do século XX, a borracha da Amazônia tinha sido importante vetor de atração. Em meados do século, era o Centro-Sul o novo destino dos migrantes.

A concentração das populações e das iniciativas de industrialização nas metrópoles explica-se, em grande medida, pelo fato de que a industrialização brasileira foi mediada e estimulada pelo Estado, numa articulação entre o capital industrial brasileiro e o estrangeiro. Esse modelo de relação entre Estado e indústria foi a mola propulsora do acelerado processo de industrialização que se daria no governo de Juscelino Kubitschek, e, posteriormente, encontraria novas expressões no período militar.

O final da década de 1960 assistiu à instalação, no Brasil, de um parque de indústrias em diversos setores, com especial destaque para a indústria automobilística. Essas se concentrariam espacialmente, sendo a região do ABC paulista a de maior expressão. A demanda de mão-de-obra do novo parque industrial do Sudeste atrairia grandes levas de migrantes, fazendo de São Paulo, ao longo dos anos, a maior metrópole da América do Sul, e uma das maiores do mundo. Enquanto isso, o Estado brasileiro, importante condutor dos processos em tela, planejava novas capitais, para estimular uma maior ocupação do interior do país. Assim, Brasília e Goiânia se tornaram novos pólos de atração populacional.

O regime militar buscou incentivar a ocupação de outros espaços, como a Amazônia. Projetos como o da Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás foram exemplos dessa iniciativa. Novamente, o desenvolvimento e o aproveitamento territorial foram feitos em ilhas de ocupação econômica e demográfica. A razoável ausência de cidades médias no Brasil tem como causas, em grande medida, as iniciativas de crescimento regional não-autônomas (mediadas pelo poder central).

Culturalmente, a migração para as cidades teve impactos nos espaços rurais e urbanos. O campo brasileiro, caracterizado por grandes propriedades e pela atenção voltada a exportação, foi palco de conflitos resultantes da expulsão de populações camponesas. A tradição de reivindicações dessas populações vem desde as Ligas Camponesas de Francisco Julião até o Movimento dos Sem-Terra de nossos dias. O campo passa por um processo denominado pelos geógrafos como de "desruralização". Seu aproveitamento e imagem seguirão, a partir daí, a lógica do urbano, com uma economia voltada para o mercado interno e externo, e não para as populações locais. Mesmo a música ou as festas populares serão reproduzidas na lógica da exploração capitalista: hotéis-fazenda, turismo nas festas populares e folguedos, músicas regionais e outros serão transformados em produtos a serem consumidos pela população agora predominantemente urbana do País.

O campo, antes visto como sinônimo de ambiente simplório e atrasado, passa a ser visto como elemento integrado da política, da economia e da cultura nacional, teatro de um agronegócio rentável e moderno. Nas cidades, por outro lado, as populações migrantes ainda sofrem com problemas de desemprego e com habitações precárias. Suas expressões culturais ainda subsistem, por exemplo, nas feiras de artesanato urbanas e em uma certa religiosidade mais popular.

As tendências atuais apontam para uma maior desconcentração industrial e populacional. Lentamente, as cidades médias – especialmente aquelas atreladas a alguma atividade econômica relevante – ganham mais força. As migrações tradicionais brasileiras em direção ao Sudeste já tiveram seus fluxos reduzidos há mais de uma década. Em parte, isso se



deu pelo estímulo, por parte dos governos estaduais, para a instalação de indústrias em suas regiões. Além disso, o governo federal estimula iniciativas localizadas de desenvolvimento desatreladas das metrópoles – como o pólo frutífero de Petrolina/Juazeiro.

De toda forma, ainda é marcante a presença do Estado nos processos de industrialização (ainda que não como seu agente direto). A expectativa é a de que, paulatinamente, as desigualdades regionais sejam reduzidas, e de que a pressão demográfica sobre as metrópoles arrefeça.

Questão 5

“Estamos prontos a nos empenhar com nossos parceiros com vistas ao cumprimento do mandato de Doha. Mostremos ao mundo que a OMC resistirá ao protecionismo e superará o interesse particular. Que defenderá a liberalização comercial e honrará seu compromisso com o desenvolvimento. Esperamos por muitos anos por essa chance de corrigir as falhas das rodadas anteriores.”

MRE. **Política Externa Brasileira**. Brasília: MRE, 2007. Discurso do Ministro Celso Amorim na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), Cancun, 11 de setembro de 2003, p. 18.

Com base nesse texto, discuta:

- a) o peso relativo do tema desenvolvimento na inserção internacional do Brasil desde a redemocratização; e
- b) o impacto da globalização na ação externa do Estado brasileiro.

Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves (19/20)

O período iniciado após a redemocratização do regime político nacional é marcado por avanços e recuos em relação ao peso do tema do desenvolvimento na inserção internacional do Brasil. Esses têm sido caracterizados, em cada momento, pelos fatores condicionantes impostos pelo contexto internacional, que facilitaram ou dificultaram a obtenção de uma resultante de política externa com maior ou menor ênfase na autonomia.

O contexto internacional do momento da redemocratização era caracterizado pela rebipolarização entre as potências da Guerra Fria, pela alta dos juros internacionais e pela crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Internamente, esse contexto significou o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, aplicado de maneira geral, desde a década de 1930.

Assim, durante o governo Sarney, restava pouco espaço de manobra para que o Itamaraty praticasse política externa voltada para o desenvolvimento nacional. O recrudesimento das tensões bipolares dificultou a busca pela autonomia. O aumento dos processos de integração regional também acarretou maior ênfase no protecionismo por parte dos países desenvolvidos. Dentro desse contexto, o governo Sarney tratou de incrementar suas relações regionais, iniciando processo de integração econômica e comercial com a Argentina, que resultaria na criação do MERCOSUL, em 1991.

O Brasil passa a sentir, então, a partir do governo Collor, o peso da globalização como fator condicionante de sua política desenvolvimentista. Inicia-se o processo de desmantelamento do estado, de acordo com os preceitos do Consenso de Washington, por meio das privatizações da infra-estrutura estatal. A ênfase da política externa migra do desenvolvimento autônomo para a autonomia pela participação, conforme conceito proposto por Gelson Fonseca Jr. O objetivo é integrar o país à economia global e aos regimes



internacionais, credenciando-o a ser palco da globalização e de seus processos de acumulação. Esse processo cristaliza-se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, após breve e infrutífera retomada de preceitos desenvolvimentistas no governo Itamar Franco.

Assim, na era FHC, o desenvolvimento foi buscado por meio da submissão à lógica da globalização, que pregava a retração da participação do Estado na economia e a atuação desimpedida do capital internacional. Os países em desenvolvimento perderam força e margem de manobra, tanto interna quanto externamente, frente à crescente internacionalização de suas economias. Portanto, o principal impacto da globalização na atuação dos países em desenvolvimento foi o de condicioná-los a fatores exógenos, sobre os quais não tinham controle.

A partir do governo Lula, ocorre uma inflexão nesse processo, no sentido de buscar novas alternativas para o desenvolvimento dos países do hemisfério sul. Busca-se a implantação do chamado Estado Logístico, capaz de proporcionar melhores condições de inserção internacional por meio da criação de condições para a multinacionalização das empresas nacionais, tanto privadas quanto estatais.

Na política externa, sob Celso Amorim, procura-se retornar aos preceitos que orientaram a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart, assim como o pragmatismo responsável implementado por Azevedo da Silveira no governo Ernesto Geisel.

Dessa forma, configurou-se atuação internacional mais pragmática, buscando autonomia e desenvolvimento por meio da formação de parcerias multilaterais entre países em desenvolvimento, a fim de reforçar as bases de sua atuação internacional. Nesse contexto insere-se a formação de parcerias como o fórum IBAS, entre Índia, Brasil e África do Sul e a maior cooperação com países do hemisfério sul, como é o caso da China. Ademais, buscou-se o fortalecimento do Mercosul como forma de inserção internacional conjunta do continente na economia-mundo. Por último, parcerias Sul-Sul também foram formadas para atuar em organismos internacionais na busca do desenvolvimento, como o G20, criado por iniciativa do Brasil para defender a abertura dos mercados agrícolas aos países em desenvolvimento, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), mais precisamente na Rodada Doha.

Em síntese, é possível concluir que o Itamaraty buscou adaptar-se às condicionalidades impostas pela globalização a fim de manter a atuação externa do país no sentido de incentivar o desenvolvimento sustentável. Tal esforço foi empreendido, após a redemocratização, por meio da busca de novo paradigma orientador da atuação externa do Estado.

*



HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.
2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.
3. As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.
4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.
5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.
6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.
7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.



Bibliografia sugerida:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a Nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the USA: new edition**. New York: Penguin, 2001.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Editora Globo, 1994, 2v.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília, Editora UnB/Revan, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

_____. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

McWILLIAMS, Wayne; PIOTROWSKI, Harry. **The World Since 1945: a History of International Relations**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century: The History of the World, 1901 to the Present**. Londres: Penguin, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton, 1999.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

*



GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. Conceitos e teorias da Geografia. 1.1 Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação. 1.2 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação. 1.3 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza. 1.4 O campo geográfico: divisões e interfaces.
2. A formação territorial do Brasil. 2.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia). 2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial. 2.3 A cartografia e a definição das fronteiras do Brasil. 2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização. 2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil. 2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais. 2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
3. O Brasil no contexto geopolítico mundial. 3.1 O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade. 3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina. 3.3 A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional. 3.4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável. 3.5 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação. 3.6 Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas. 3.7 Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.
4. Temas de Geografia contemporânea. 4.1 Soberania, identidade nacional e multiculturalismo. 4.2 Geografia da População: migrações e direitos humanos. 4.3 Degradação ambiental e gestão de recursos naturais. 4.4 Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual. 4.5 Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

- BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.



_____ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI**. Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2007

Questão 1

A zona costeira do Brasil apresenta considerável diversidade de ecossistemas, com os espaços litorâneos compondo grandes conjuntos paisagísticos ao longo dos mais de 7.500 quilômetros da linha de costa do país. Identifique tais conjuntos, caracterizando suas paisagens típicas, e comente os elementos geográficos (naturais e sociais) recorrentes nas variadas porções do litoral brasileiro.

Juliano Alves Pinto (20/20)

Aziz Ab'Sáber, em sua concepção de grandes domínios paisagísticos, identifica, na zona costeira brasileira, uma heterogeneidade que não se apresenta de forma tão patente em outros ecossistemas do Brasil. A costa brasileira, em seus mais de 7.500 quilômetros, a margear o Oceano Atlântico, caracteriza-se por uma diversidade múltipla de paisagens, a partir da foz do rio Oiapoque, no Amapá, até a foz do arroio Chuí, no Rio Grande do Sul. Devemos incluir, por óbvio, as ilhas oceânicas brasileiras, que possuem características bastante peculiares.

Traçando um panorama de norte a sul, temos, de início, do norte do Amapá ao litoral do Pará, complexo paisagístico que compreende os rios que formam o delta do Amazonas, ao qual se soma a confluência do rio Tocantins com o rio Pará. Ali, entremeia-se a exuberância



da floresta amazônica com a vegetação típica de litoral. No rio Pará, ocorre o fenômeno da Pororoca, que é a entrada de água marítima no curso baixo do rio, em época de maré alta, sendo motivo de atração para turistas do Brasil e do mundo (surfistas, em sua maioria). O turismo, aliás, é explorado principalmente com a locação de “bugues” e catamarãs, propiciando, ao público, maior conhecimento de tais paisagens. A atividade portuária é intensa na região (Macapá e Belém), assim como a pesca fluvial, que representam as mais importantes atividades econômicas da região.

Ao longo do litoral do Meio-Norte nordestino (do Maranhão ao Rio Grande do Norte), predominam as grandes formações de dunas, fruto da intensa atividade eólica na região (graças ao anticiclone dos Açores), além da floresta de coqueiros. A atividade turística nessas áreas vem crescendo muito ultimamente (Lençóis Maranhenses, delta do Parnaíba, Genipabu), o que resulta em fonte significativa de renda para a população. A atividade portuária não é menos intensa. Itaquí, no Maranhão, é o escoadouro do minério extraído de Carajás e o porto de Pecém, no Ceará, tornou-se o principal porto do Meio-Norte nordestino depois de Itaquí, sobretudo após se concluírem as obras do braço norte da Ferrovia Transnordestina.

Do litoral da Paraíba ao Recôncavo Baiano, a paisagem litorânea dos manguezais passa a predominar; não é para menos que a cidade de Recife é conhecida como “Mangue-Town”. O mangue é um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo, sendo fundamental para evitar o assoreamento dos rios que deságuam no oceano, embora a degradação ambiental esteja a ameaçar a existência desse rico ecossistema. O litoral norte da região Nordeste é o mais apreciado em matéria de turismo. Além das famosas praias de Porto de Galinhas, Sauípe e Forte, vale destacar o arquipélago de Fernando de Noronha, que vem sendo explorado turisticamente com cautela, além da Reserva Biológica do Atol das Rocas, situada relativamente próxima ao arquipélago, destinada somente à pesquisa científica.

Seguindo mais ao sul, do litoral sul da Bahia até o norte do Espírito Santo, encontramos a região em que outrora se configurava a Mata Atlântica de planície. É de se destacar o arquipélago dos Abrolhos – na altura da cidade de Caravelas, na Bahia –, que abriga o Parque Nacional Marinho homônimo, sendo um importante santuário destinado à reprodução de peixes, aves e mamíferos marinhos. A cerca de 1.000 quilômetros do litoral capixaba, situam-se as Ilhas da Trindade e Martim Vaz, sendo a primeira delas uma estação naval da Marinha do Brasil. Nela, desafortunadamente, introduziram-se cabras, há quase dois séculos, que praticamente extinguíram a vegetação original.

Do sul do Espírito Santo ao sul de São Paulo, a vegetação de Mata Atlântica – ou o que restou dela – convive com os manguezais. É uma região mais heterogênea, pois compreende as formações lacustres do litoral norte fluminense, as escarpas oceânicas próximas à baía de Guanabara e a Serra do Mar, cujas formações serranas praticamente desembocam no oceano. É a região mais dinâmica do litoral brasileiro, não só por compreender três regiões metropolitanas (Vitória, Rio de Janeiro e Santos/Baixada Santista), mas também por abrigar o maior complexo de extração de petróleo e gás natural do país (Bacia de Campos), fato que re-dinamizou a economia do estado do Rio de Janeiro, que se encontrava em decadência após a transferência da capital federal para Brasília. A ocupação imobiliária na região é intensa e é fator de grande preocupação para que se mantenham os escassos traços de Mata Atlântica nativa e os frágeis, mas não menos importantes, manguezais.

Por último, no litoral da região Sul, no Paraná e em Santa Catarina verifica-se um prolongamento da Serra do Mar, com sua vegetação exuberante até a altura da ilha de Santa Catarina, área que abriga grandes portos, como Paranaguá e Imbituba. Já em direção ao Rio Grande do Sul, temos um litoral escarpado, chamado pelos navegadores espanhóis que



ali chegaram, há séculos, de acantilados, i.e., falésias constituídas pelo afloramento de rochas cristalinas moldadas pela atividade das ondas. Esses acantilados tornar-se-ão freqüentes no restante do litoral atlântico sul-americano em direção à Patagônia. Na altura da cidade de Osório, no Rio Grande do Sul, até o arroio Chuí, observa-se interessante ambiente lacustre, de vegetação ciliar rasteira e arbustiva (Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim etc.), com abertura ao oceano, a servir de pouso para aves migratórias, sobre as quais, hodiernamente, deposita-se certa preocupação, em virtude do risco de propagação da gripe aviária. No que tange à atividade portuária, vale destacar o Porto de Rio Grande, na abertura da Lagoa dos Patos, e a cidade de Porto Alegre, na foz do rio Guaíba, que são os principais escoadouros da porção extrema meridional do país.

Questão 2

Segundo dados de 2004 divulgados pelo IBGE, 25% do produto interno bruto (PIB) dos municípios brasileiros concentram-se em dez cidades, relacionadas, a seguir, em ordem decrescente do PIB: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Campos de Goytacazes (RJ), Curitiba (PR), Macaé (RJ), Guarulhos (SP) e Duque de Caxias (RJ). Considerando essas informações, explique a lógica espacial da distribuição da riqueza brasileira por setores de atividades.

Márcio José Alonso (20/20)

As duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas pelo IBGE como metrópoles globais, lideram há décadas o ranking das localidades que mais contribuem para o produto interno bruto do país, em virtude, sobretudo, da concentração espacial histórica de grandes empresas. Nos últimos anos, esse ranking apresentou como novidade o aparecimento de pequenos municípios, os quais, devido, principalmente, à atividade petroleira, desbancaram as capitais de alguns estados no que diz respeito à participação no PIB.

A riqueza brasileira ainda está muito concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. A importância da primeira remonta ao período colonial. Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser a capital do então vice-reino, em virtude do escoamento de ouro das Minas Gerais. A chegada da Família Real em 1808 teve como efeito a modernização da cidade, que, ainda no século XIX, atingiria a marca de 500 mil habitantes. Essa concentração populacional significou importante incentivo para o surgimento de pequenos estabelecimentos industriais com base em bens não-duráveis.

A cidade de São Paulo, por sua vez, começou a comandar o processo de industrialização brasileiro escorada na pujância da economia cafeeira, que recebia fortes investimentos estrangeiros em infra-estrutura nas primeiras décadas do século XX.

A partir da década de 1930, quando a industrialização do país passou a ser um dos objetivos principais do Estado nacional, a concentração de riqueza aumentou ainda mais nessas duas cidades, com destaque para a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional no vale do Paraíba do Sul, na década de 1940, e da indústria automotiva em São Paulo.

Depois da década de 1960, em meio à revolução tecnocientífica e à intensificação do processo de globalização, Rio de Janeiro e São Paulo começaram a ganhar destaque como centros concentradores de empresas intensivas em tecnologia e como locais da sede de companhias de ramos tradicionais. Começava a ocorrer no espaço geográfico brasileiro o fenômeno da desconcentração espacial das fábricas, as quais mudaram sua lógica de



localização em virtude da revolução no setor de transportes e nas comunicações. Segundo Milton Santos, Rio e São Paulo comandavam assim a implantação do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro.

Brasília aparece também entre os primeiros lugares do ranking por ser outro ponto de controle de atividades dispersas pelo espaço nacional. Os altos salários do local, no entanto, não são pagos a executivos de grandes empresas, mas ao funcionalismo público. A capital federal, Rio e São Paulo comandam os contatos verticais da estrutura espacial reticular da economia brasileira.

Movidas por atividades mais ligadas ao setor secundário da economia, Manaus, Belo Horizonte e Curitiba aparecem no ranking como importantes metrópoles nacionais, por influenciarem grandes áreas em seu entorno. Grande parte de riqueza na capital do estado de Amazonas é proveniente da Zona Franca de Manaus, que vem recebendo investimentos estrangeiros, notadamente asiáticos, e se concentra na produção de bens duráveis, como motos e relógios. Belo Horizonte está fortemente conectada ao pujante setor siderúrgico do Estado de Minas Gerais. Já Curitiba, nos últimos anos, vem ganhando áreas de influência na Região Sul em detrimento de Porto Alegre. Além disso, a capital paranaense concentra a tomada de decisões em relação a importantes pólos industriais, como São José dos Pinhais, e em relação à produção de soja e ao escoamento desse produto pelo porto de Paranaguá.

As novidades na lista sobre a distribuição do PIB são as cidades fluminenses de Campos, Macaé e Duque de Caxias, todas ligadas ao setor petrolífero. Campos e Macaé recebem altas receitas provenientes de royalties pagos pelo governo federal em virtude da extração de petróleo na Bacia de Campos, que vem recebendo cada vez mais investimentos por parte da Petrobras para exploração da Plataforma Continental. Já Duque de Caxias registra alta geração de riqueza devido à refinaria da Petrobras (Reduc) localizada no município. Vale notar que, apesar da forte receita municipal, a cidade de Duque de Caxias apresenta alto índice de pobreza.

Guarulhos, por sua vez, não vem sofrendo, nos últimos anos, o processo de desconcentração espacial de indústrias que atinge outras cidades do entorno da cidade de São Paulo, como os municípios do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Na verdade, em virtude da localização do Aeroporto Internacional de São Paulo, Guarulhos passou a ser uma área de transbordamento da economia da capital no que tange à localização de empresas intensivas em tecnologia e de sedes de empresas de ramos tradicionais. Além disso, Guarulhos localiza-se na saída de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, na Via Dutra, principal eixo da economia nacional.

Questão 3

O Brasil possui uma reserva de água doce superficial estimada em 12% do total mundial. Apesar desse potencial, seu aproveitamento ainda é considerado bastante insatisfatório, na medida em que se verificam distribuição irregular e problemas de abastecimento. Identifique as principais dificuldades de gestão dos recursos hídricos no país e as medidas implementadas, na atualidade, pelo Governo brasileiro, para resolver a questão.

Candice Sakamoto Souza Vianna (20/20)

Apesar da enorme disponibilidade de água no planeta, o acesso a esse recurso e sua potabilidade são cada vez mais escassos. Diversas regiões da Terra já consomem água doce a uma taxa mais elevada do que a de sua reposição pelo ciclo hídrico. Na Europa, o uso crescente das reservas subterrâneas supera seu reabastecimento natural, comprometendo a



utilização futura da água. Outras regiões, como o Oriente Médio, enfrentam déficit crônico do recurso, o que contribui para o acirramento das disputas geopolíticas. O processo de dessalinização, embora bastante usado nessa área, é ainda muito caro, de forma que a escassez da água aponta para perspectivas de elevação de seu preço, restringindo ainda mais o acesso a ela.

No Brasil, há grande disponibilidade de água doce. Entretanto, há diversos entraves para seu aproveitamento. A maior parte desses recursos localiza-se na Região Norte, principalmente na Bacia Amazônica. Essa, porém, é a região de menor consumo hídrico nacional. A concentração populacional do Centro-Sul demanda enorme quantidade de água, cujo transporte desde a Região Norte é inviabilizado pela distância. Apesar de haver água aproveitável nas bacias do Sudeste, especialmente na Bacia Tietê-Paraná, o consumo é crescente na região, assim como a degradação ambiental.

Logo, há incompatibilidade de distribuição entre recursos disponíveis e mercado consumidor. Agravando esse desequilíbrio, a Região Nordeste, importante consumidora, tampouco é dotada de abundância hídrica. Ao contrário, as prolongadas secas no domínio da Caatinga, os solos arenosos, a evaporação e transpiração superiores às precipitações caracterizam o déficit hídrico nordestino. A predominância de rios intermitentes torna a água um recurso escasso na região, havendo, desde o século XIX, iniciativas para a construção de açudes, barragens e outras formas de aproveitamento.

Outra dificuldade presente no caso brasileiro é o acesso à água. Apesar dos avanços tecnológicos, existem ainda parcelas da população desprovidas de água potável, principalmente em áreas rurais e na periferia das grandes cidades. Tal fato prejudica a saúde desses indivíduos, geralmente excluídos dos serviços públicos e da assistência estatal.

Ademais, cabe enfatizar a crescente contaminação dos rios, lençóis e mananciais, o que deteriora a qualidade da água. Isso decorre da eliminação de dejetos industriais nos rios e córregos, da dificuldade em administrar os lixos urbanos – tóxicos e residenciais – e do avanço de moradias precárias em direção às áreas de proteção de mananciais. A população expulsa dos centros urbanos pelos altos custos imobiliários constrói suas habitações progressivamente mais afastadas do centro, invadindo áreas de elevado risco ambiental. A inexistência de esgotos e outros serviços públicos contribui para a degradação dessas áreas de proteção. Dessa forma, a poluição da água é um desafio crescente que se relaciona com problemas sociais. Populações ribeirinhas, muitas vezes por falta de informação, desenvolvem atividades no leito dos rios, contaminando-os gradativamente e inviabilizando o uso permanente da água.

Além da poluição, o assoreamento dos rios, provocado pela atividade humana – tal qual a navegação e a irrigação – constitui-se como risco ambiental adicional. Os custos elevados de revitalização dos rios tornam a prevenção e a preservação dos recursos o melhor e mais eficiente meio de garantir a água futura.

Diante disso, o Governo brasileiro tem desenvolvido medidas dirigidas a evitar o esgotamento da água potável. A criação da Agência Nacional da Água (ANA) nos anos recentes é um indicativo da preocupação pública com a gestão dos recursos hídricos. O Estado passa a planejar seu uso, bem como a fiscalizá-lo, de forma que os agentes privados se responsabilizem pelos custos ambientais e sociais decorrentes de sua utilização.

Tendo em vista a valorização dos recursos naturais nas últimas décadas, que deixaram de ser bem público abundante para serem considerados bens escassos, a água começou a ser mais valorizada, havendo, inclusive, tentativas de precificação. Em alguns municípios brasileiros, iniciou-se a cobrança pelo uso da água que é retirada dos mananciais por agentes econômicos. Empresas que utilizam os recursos hídricos devem, atualmente, pagar para terem acesso a eles, além de cumprir requisitos ambientais.



O planejamento ambiental tem avançado significativamente no Brasil. Estudos conjuntos e planejamento integrado de municípios que compartilham os mesmos recursos hídricos são essenciais para coordenar sua utilização. Isso ocorre tanto na esfera local, regional, nacional quanto internacional. Logo, a gestão hídrica junto a países como a Argentina e o Paraguai é de suma relevância para garantir a sustentabilidade do Aquífero Guarani, que abastece regiões separadas por fronteiras políticas.

Além da revitalização de rios promovida pelo poder público, outra obra de vulto do Estado é a transposição do rio São Francisco. Sendo o principal rio que cruza o Nordeste, delimitando as fronteiras entre Bahia e Pernambuco, bem como de Alagoas e Sergipe, o São Francisco é a fonte primordial de água da região. O projeto, que abrange dois eixos – Leste e Norte – objetiva o abastecimento de vastas áreas da Caatinga, interligando o São Francisco a rios intermitentes cujas cheias lhe são complementares. Isto é, quando chove na cabeceira do São Francisco é a época de seca mais intensa nesses rios. Portanto, a perspectiva de remediar o déficit hídrico da região por meio desse projeto aliado à instalação de cisternas mostra-se positiva.

Porém, o poder público ainda enfrenta grandes desafios no combate à poluição e ao desperdício. A exemplo do uso da água para irrigação no campo, extremamente ineficiente, persistem práticas que desperdiçam os recursos e degradam-nos. Ao mesmo tempo em que eles se tornam cada vez mais escassos, seu consumo eleva-se, exigindo respostas imediatas e coordenadas do Estado nas diversas áreas que afetam a gestão hídrica.

Questão 4

Alterando o sentido decrescente de uma curva secular, a população rural européia e norte-americana começou a registrar crescimento nas últimas décadas, fato já visível também nos indicadores demográficos brasileiros. Identifique e comente os fatores explicativos desse movimento, discutindo os limites de tal tendência em cada contexto geográfico mencionado.

André Rosa Bueno (20 /20)

A população rural européia e norte-americana tem registrado crescimento, nas últimas décadas, em decorrência de três fatores que definem tendências no mundo desenvolvido: a suburbanização, a flexibilização das relações trabalhistas e o advento de tecnologias da informação que permitem o trabalho à distância. Estas transformações se inserem no quadro da chamada “quaternização” da economia, caracterizada pelo advento e pela preponderância de atividades do setor de serviços, como altas finanças, tecnologia da informação, consultorias, serviços de saúde, turismo, entre outros. Percebe-se, desta feita, que a população rural que vem crescendo nos países desenvolvidos não é agrícola – concentra as suas atividades no quaternário, não no setor primário.

As tecnologias da informação e a flexibilização do trabalho, com a adoção de novos arranjos produtivos – como o just-in-time – e o pagamento do empregado por serviço prestado, criaram a figura do trabalhador doméstico: aquele que executa as tarefas requeridas de casa e comunica-se com o escritório por meios eletrônicos. Como resultado da facilidade de o profissional trabalhar em casa, houve reforço a outra tendência: a suburbanização.

A suburbanização diferencia-se da periferização (mais comum em países subdesenvolvidos) por se tratar de movimento da classe média em direção ao campo, geralmente motivada por preocupações com segurança e com o contato com a natureza. O processo de suburbanização leva à criação de condomínios fechados, espaços sem relações



com seus entornos. Trata-se, portanto, de reforços às verticalidades em oposição às horizontalidades.

Recentemente, uma tendência nova tem sido verificada: a de “commuters” (residentes nos subúrbios) voltarem para os centros urbanos, principalmente às áreas históricas. Isto vem ocasionando a valorização e a revitalização dessas áreas, bem como a expulsão da população pobre para regiões menos valorizadas (periferização).

No Brasil, os fenômenos da suburbanização e do crescimento da população rural não-agrícola também podem ser observados. Em todo o interior do Estado de São Paulo crescem as atividades destinadas à população urbana, como hotéis-fazenda, pousadas, feiras e exposições, parques de diversão e empreendimentos turísticos. Verifica-se facilmente o parcelamento de propriedades rurais para a constituição de condomínios fechados e loteamentos para casas de veraneio.

Um caso exemplar de espaço verticalizado são os condomínios fechados Alphaville, presentes hoje em várias capitais: São Paulo, Salvador, Goiânia e Recife. Este empreendimento cria um ambiente em que o residente não convive com a pobreza: todo o comércio, o atendimento médico e, em alguns casos, até o trabalho é feito dentro da área do condomínio.

A suburbanização, no Brasil, ainda é um fenômeno limitado, em decorrência do tamanho menor da classe média brasileira em comparação com a de países ricos. Entretanto, os altos índices de violência nos centros urbanos do Brasil têm reforçado esta tendência. É um fato a se lamentar, pois, de acordo com o geógrafo e filósofo francês Henri Lefebvre, os espaços fechados – com suas faltas de interação democrática entre pessoas e classes – representam o “fim da cidade”.

Questão 5

Em 2004, o governo dos Estados Unidos da América lançou a concepção de um novo espaço estratégico denominado “Grande Oriente Médio”, com o objetivo principal de promover a democratização e a adoção dos princípios do liberalismo econômico nessa região. Qual é a área geográfica abrangida por esse espaço estratégico e quais são as principais dificuldades geopolíticas encontradas pelos Estados Unidos para a implementação de seus objetivos no âmbito desse projeto?

Filipe Santos Lemos (20/20)

Desde os atentados terroristas contra alvos civis e militares norte-americanos em setembro de 2001, o governo dos Estados Unidos da América vem implementando uma política belicosa e intervencionista no Oriente Médio, região de onde são naturais parte dos terroristas e onde parte dos governos e das populações são hostis aos EUA e a alguns países aliados dos americanos.

O interesse norte-americano vai além de simplesmente desbaratar organizações terroristas que eventualmente possam esconder-se em países da região, ou mesmo serem apoiadas por certos governos. Toda a região islâmica, desde o Paquistão até o norte da África, é palco constante de instabilidades políticas. É comum entre as populações dessa área a desconfiança, ou mesmo a aversão, às interferências do Ocidente – leia-se, principalmente, dos EUA. Nessa região, no entanto, encontram-se recursos naturais estratégicos – dos quais o mais importante é o petróleo – e excelentes oportunidades de investimento, sobretudo para companhias mineradoras e do ramo de construção civil e infra-estrutura.



Diante desses interesses estratégicos, é importante para o governo e para as corporações norte-americanas vencer resistências e, se possível, estabelecer governos favoráveis ao Ocidente na região. A estratégia escolhida para tal finalidade variou de acordo com cada país, mas, de maneira geral, pode ser classificada como intervencionista. No Afeganistão e no Iraque, chegou-se à guerra e à ocupação. Em alguns outros países, como Arábia Saudita e Paquistão, onde os governos mostraram-se receptivos, os EUA tenderam à cooperação, mas sempre com imposição de condições e pontos de vista americanos.

Os problemas que a estratégia e a ação estadunidense vêm gerando são vários e complexos. Primeiramente, as operações militares foram decididas de maneira unilateral, inclusive contra a oposição de governos de países significativos da cena internacional (França, Alemanha e Rússia, por exemplo) e de grande parcela da opinião pública internacional. Isso retirou às operações militares a legitimidade que teve, por exemplo, a primeira Guerra do Golfo.

Além disso, o modo de agir violento das tropas norte-americanas e aliadas fez crescer entre a opinião pública da região o sentimento anti-Ocidente. Determinados grupos mais radicais destas populações optaram pela resistência guerrilheira armada contra as forças de ocupação. A facilidade em vencer a resistência armada institucional no Afeganistão e no Iraque contrasta com a dificuldade no controle de milicianos radicais.

A radicalização vem tornando a ocupação americana mais custosa, tanto em termos monetários quanto humanos. Dessa maneira, cresce a oposição às ocupações entre a população e os políticos dos próprios EUA, e também dos países aliados. As últimas eleições legislativas norte-americanas deram à oposição democrata o controle do legislativo federal, o que deve causar ainda mais dificuldades ao governo Bush.

Além da violência das milícias, as forças americanas ainda se ressentem da fragilidade política e institucional dos governos estabelecidos nos países ocupados. A desorganização estatal fomenta os choques entre grupos étnicos e religiosos, como xiitas e sunitas iraquianos, e tornam a política local e a ocupação militar mais sujeitas a instabilidades.

De tudo o que foi dito, fica claro que a política norte-americana para o Oriente Médio enfrenta sérias dificuldades, muitas das quais criadas ou ampliadas pela unilateralidade e pela violência dos próprios meios como agem americanos e aliados.

*



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.
2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.
3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul.
4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil.
5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil.
6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
7. Política externa francesa e relações com o Brasil.
8. Política externa inglesa e relações com o Brasil.
9. Política externa alemã e relações com o Brasil.
10. A União Européia e o Brasil.
11. Política externa russa e relações com o Brasil.
12. A África e o Brasil.
13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil.
14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã.
15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA).
17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora UnB, 2005.



CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____. **As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

_____. **O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.



VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos poderão servir-se também de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (www.foreignaffairs.org) e **Foreign Policy** (www.foreignpolicy.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e da Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
 e-mail: funag@mre.gov.br
 e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília

Ministério das Relações Exteriores
 Esplanada dos Ministérios, Bloco H
 ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
 70170-900 Brasília - DF
 Telefones: (061) 3411-6033/6034/6847/6857
 Fax: (061) 3322-2931, 3322-2188

Rio de Janeiro

Palácio Itamaraty
 Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
 520080-002 Rio de Janeiro - RJ
 Telefax: (021) 2233-2318/2079

Prova de 2007

Questão 1

Um dos traços marcantes da política internacional após a Segunda Guerra Mundial foi a expansão do multilateralismo que, assim como os regimes e organizações internacionais surgidos desde então, constitui instrumento de governança nos planos regional e global. O multilateralismo converteu-se, conseqüentemente, em dimensão essencial de política externa e de atuação diplomática de forma geral. Com base nessas premissas, analise a importância do



multilateralismo para a inserção internacional do Brasil, caracterizando as estratégias adotadas pelo país com vistas ao fortalecimento dessa fundamental dimensão política.

Marcelo Azevedo de Araújo (20/20)

O multilateralismo assume grande relevância para as relações internacionais sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Entendeu-se, então, que, a despeito das premissas realistas segundo as quais os Estados agem sempre pela força em busca de sobrevivência e segurança, era preciso impor algum limite às ações desses agentes, a partir de maior cooperação internacional efetivada em foros permanentes, como a ONU. Essa tendência, intensificada na segunda metade do século passado, sofreu significativo reforço nas últimas décadas. Com o crescimento da interdependência internacional, os Estados precisam uns dos outros para o tratamento de quase todas as temáticas. Desafios como terrorismo, violação dos direitos humanos e aquecimento global não podem ser tratados singularmente, não importa quão poderoso um Estado se presuma. Conforme argumenta Kofi Annan, embora as abordagens multilaterais não sejam garantia de sucesso, os meios unilaterais estão fadados ao fracasso.

Para o Brasil, cuja identidade internacional se baseia em uma inserção principista, o multilateralismo foi sempre prezado como de grande valia. Na medida em que o país não possui “excedentes de poder”, na expressão de Saraiva Guerreiro, precisa pautar sua diplomacia na defesa de princípios como a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o respeito ao direito internacional como forma de atingir maior legitimidade. Esse capital diplomático da legitimidade, somado a uma capacidade de “articulação de consensos”, na expressão de Abdenur, transforma os foros multilaterais em espaços nos quais uma diplomacia competente e profissional pode multiplicar a influência e o prestígio internacional do Brasil, tornando-o um global player. Bom exemplo disso é a articulação do G-20 no âmbito da OMC. Por meio dessa coalizão, o país tornou-se um interlocutor indispensável no multilateralismo comercial, não obstante seja responsável por menos de 1% das trocas internacionais.

Embora sempre valorize o multilateralismo, as posições que o Brasil adotou perante os foros desse tipo nem sempre foram iguais, cabendo diferenciar dois períodos, segundo Gelson Fonseca Jr.: a “autonomia pela distância” e a “autonomia pela participação”. No primeiro, quando, durante a vigência da guerra fria, havia rígida bipolaridade, o Brasil adotou uma postura de distanciamento como melhor forma de preservar sua autonomia. Quanto ao multilateralismo, apesar do apoio em princípio, passou a predominar o entendimento – sobretudo após a conclusão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) – de que estaria sendo utilizado para “congelamento do poder mundial”, segundo avaliação de Araújo Castro. Assim, o Brasil distanciou-se do Conselho de Segurança da ONU e encarou com suspeitas o debate ambiental internacional. A defesa do multilateralismo, nesse contexto, deu-se por meio da valorização de foros terceiro-mundistas, como o G-77 e a Unctad.

Com o fim da guerra fria, em âmbito internacional, e o advento da redemocratização, em âmbito interno, ressaltou-se a necessidade de repensar a política externa brasileira, e, com isso, empreendeu-se importante correção de rumos. Conforme argumenta Gelson Fonseca Jr., com o arrefecimento do conflito bipolar, mudaram-se os padrões de alinhamento e também os de legitimidade. Nesse contexto, percebem-se rápidas transformações no cenário global. Ainda que não se possam prever os rumos que irão tomar, é certo que é de todo interesse do Brasil influir nos regimes que se formam e se modificam. Daí a necessidade de



uma postura participativa, pró-ativa, diferenciada e criativa nos foros internacionais, como forma de preservar-se a autonomia internacional ante um cenário futuro incerto.

De acordo com essa postura de reapreciação do multilateralismo, o Brasil vem adotando uma estratégia de valorizar os foros desse tipo, especialmente no governo Lula, com o objetivo de aproveitar os espaços gerados pelo “redesenho da balança global de poder” (Sombra Saraiva), de forma a estabelecer-se uma globalização menos assimétrica. No âmbito da ONU, a prioridade tem sido a democratização de seu Conselho de Segurança, com ampliação da representação dos países em desenvolvimento, e a valorização da Assembléia Geral, incumbindo-lhe a discussão das metas do milênio de forma mais ativa e mesmo de temas atinentes à segurança. No âmbito da OMC, o Brasil, juntamente com seus aliados do G-20, insiste no cumprimento da Agenda do Desenvolvimento de Doha, de forma a garantir um comércio internacional mais equitativo e, no limite, até uma “nova geografia econômica internacional”, na expressão do Presidente Lula. No regime ambiental, o Brasil, além de ter sido sede do maior encontro mundial nesse âmbito, a CNUMAD, apresenta uma postura de defesa do desenvolvimento sustentável, bem como da maior responsabilidade dos países desenvolvidos (responsabilidades comuns, porém diferenciadas).

Em um mundo crescentemente globalizado, portanto, o multilateralismo torna-se não uma escolha, mas um instrumento irrecusável para estabelecer-se a cooperação global. O Brasil, cuja inserção internacional se baseia na legitimidade, naturalmente, apóia o multilateralismo e mesmo toma medidas para seu fortalecimento. Atualmente, complementando-se o idealismo kantiano preponderante na gestão Cardoso com a estratégica logística do governo Lula, têm-se utilizado os foros multilaterais para a abertura de oportunidades para os países em desenvolvimento, a fim de que possam crescer de modo sustentável, fortalecer suas instituições e mitigar a pobreza e a fome.

Questão 2

As multinacionais brasileiras estão contribuindo, a seu modo, para o processo de integração na América do Sul, com importantes investimentos nos países vizinhos (por exemplo, na Bolívia, na Venezuela e no Equador). Analise as implicações da crescente atuação de empresas brasileiras na região e suas implicações para a política externa brasileira.

Marcelo Calero Faria Garcia (20/20)

O Governo Lula da Silva representou a acentuação do que Amado Cervo conceituou como Estado Logístico: o governo, nos moldes do que fazem os países centrais, ouve o empresariado e suas demandas, buscando fortalecer o núcleo robusto da economia e, com isso, permitir a internacionalização dos negócios das companhias nacionais, sempre com o apoio logístico do Estado. Não se trata, pois, de volta à era do Estado Empresário, mas de superação do Estado Normal, responsável que foi pela venda do patrimônio nacional e por uma inserção dita moderna, mas marcada pelo signo da dependência.

Nesse sentido, nos últimos anos, tem-se observado uma significativa expansão dos negócios de empresas brasileiras pelo globo, em especial em nosso entorno geográfico, a América do Sul. O capital brasileiro tem, de fato, empreendido investimentos contínuos na aquisição de empresas e no desenvolvimento de novos negócios no espaço sul-americano, o que, à parte refletir uma nova concepção do próprio papel do Estado Nacional no relacionamento econômico, traz para nossa política externa alguns desafios.

De fato, a atuação de empresas brasileiras tem contribuído para a crescente dinamização de algumas economias da região. A atuação da Petrobras na Bolívia – ainda



que recentemente marcada por alguns impasses e desafios – teve papel crucial como geradora de empregos e indutora do desenvolvimento daquele país andino. A Petrobras tem ainda atuação marcante na Venezuela, onde, em parceria com a estatal PDVSA, é responsável pela exploração de campos na Bacia do Orinoco e no âmbito do grande projeto de exploração de gás Mariscal Sucre. A compra de ativos da Shell marcou a entrada da estatal brasileira no mercado paraguaio e uruguaio, além da intensificação de sua presença na Colômbia, onde já possuía refinarias. Em 2001, a aquisição do Grupo Perez-Companc, na Argentina, determina o ingresso da Petrobras naquele país, onde hoje possui uma atuação fortalecida e pujante, sendo uma das principais marcas daquela nação platina. Também no campo dos serviços, as empresas brasileiras têm tido reconhecida atuação, destacando-se, nesse caso, a área bancária, sendo emblemática a atuação do Itaú na Argentina e a recente compra, pelo referido banco paulista, dos ativos do Banco de Boston, não só no Brasil, mas também no Chile e no Uruguai. A atuação de grandes empreiteiras brasileiras, como a Andrade Gutierrez, é igualmente exemplo de excelência brasileira em serviços. A multinacionalização de empresas brasileiras completa-se, ainda, com importantes iniciativas na área industrial, destacando-se a área de bebidas, com relevante atuação da INBEV na Argentina e no Peru, entre outras iniciativas.

A presença de tantos projetos liderados por capitais brasileiros, além de contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento das economias locais, acaba por resvalar para acusações, por parte de alguns segmentos das sociedades envolvidas, de atuação subimperialista do Brasil, o que, porém, não encontra maior respaldo nos dados que surgem da análise da presença de empresas brasileiras no espaço sul-americano. Se alguns conflitos e divergências pontuais existem – e isto é natural no relacionamento entre atores tão complexos como o Estado e as grandes corporações empresariais – o balanço final é positivo, seja para as sociedades que recebem o investimento, seja para o Brasil, que passa a receber lucros, pagamento de royalties e tem uma oportunidade para a expansão de suas exportações, na medida em que a instalação de multinacionais brasileiras no exterior é feita muitas vezes com base na larga importação de insumos por parte das subsidiárias locais desde a matriz no Brasil.

As multinacionais de origem brasileira revelam, assim, uma verdadeira capacidade de liderança do país, ao mesmo tempo que consubstanciam uma integração de cadeias produtivas, fortalecendo os laços e as próprias bases da integração regional. Essa atuação corresponde, pois, à posição do governo brasileiro de que a integração do espaço sul-americano não deve estar fundada apenas em aspectos políticos, mas também em aspectos econômicos. Entende-se, assim, que o desenvolvimento de economias locais, auspiciado por iniciativas, sejam eminentemente públicas ou privadas, do Brasil, contribuiria para a complementaridade entre as economias regionais, fortalecendo, em termos macro, o processo associativo em curso.

A grande atuação de corporações de origem brasileira no espaço sul-americano gera desafios também para nossa diplomacia e para nossa política exterior de uma maneira geral. Com efeito, essa atuação surge como uma nova condicionante do relacionamento brasileiro com os países do seu entorno, a qual até recentemente existia em escala reduzida. O Estado passa, assim, a ter o papel de verdadeiro mediador, junto aos governos locais, das empresas que se internacionalizam, na medida em que essas corporações traduzem, na maioria dos casos, perspectivas e interesses que têm relação direta com o próprio desenvolvimento nacional.

Ademais dessa postura de mediação, a política externa brasileira passa a incluir, ainda, iniciativas de financiamentos de empreendimentos no exterior, o que vai ao encontro de interesses e demandas das grandes multinacionais brasileiras, numa relação simbiótica



profícua e benéfica para o país como um todo. Exemplo disso é o financiamento, promovido pelo BNDES, para a construção do metrô de Caracas, obra que conta com a participação de empreiteiras de capital brasileiro.

Além da mediação – seja para a entrada de empresas, seja para a solução de conflitos – e do financiamento de projetos no exterior como políticas de governo no âmbito do relacionamento externo do país, as próprias diretrizes gerais da política externa brasileira passam a ser influenciadas por essa nova realidade de presença de empresas brasileiras em outras economias, sobretudo sul-americanas. Em suas negociações multilaterais, o Brasil passa a levar em conta que, mais do que um simples exportador, é agora um investidor, o que implica buscar, nessas negociações, mecanismos que efetivem proteção e resguardo a tais investimentos.

Assim, a presença de empresas multinacionais brasileiras no exterior, especialmente na América do Sul, é realidade alimentada pela própria concepção de Estado que atualmente se desenvolve, mas, ao mesmo tempo, cria novos condicionamentos e variáveis para a formatação de nossa política exterior. Cria, ainda, novas condições para as próprias empresas que se lançam a empreendimentos fora de nossas fronteiras, demandando uma atuação firme do governo brasileiro na resposta a seus anseios, sempre em uma perspectiva de busca do desenvolvimento nacional.

Questão 3

Em um período de menos de um mês, o Presidente Bush veio ao Brasil e o Presidente Lula foi aos Estados Unidos da América. Analise a evolução recente das relações bilaterais Brasil–Estados Unidos da América e suas perspectivas.

Carlos Augusto Rollemberg de Resende (19/20)

Desde que o Barão do Rio Branco mudou o eixo da política exterior brasileira de Londres para Washington, discute-se a natureza das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Esse debate foi por vezes caracterizado pela existência de duas tendências da política exterior brasileira: uma americanista, outra universalista. Pode-se dizer, então, que, desde a década de 1970, se consolidou a vertente universalista, tendo por fundamento o desejo de autonomia. É o que se percebe com a denúncia do Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos pelo Presidente Geisel.

Durante o Governo Sarney, houve fortes tensões entre os dois países. No plano comercial, a disputa dava-se em torno de questões de propriedade intelectual – de fármacos e de informática – e de redução das tarifas comerciais brasileiras. Havia, também, problemas nas negociações da dívida externa. Apesar disso, a partir da segunda metade da década de 1980, as relações bilaterais começaram a dar sinais de maturidade. A diplomacia brasileira demonstrou-se hábil em desdramatizar as crises, e os dois países concordaram em discordar.

Isso é importante de ser destacado, pois as relações bilaterais não eram afetadas mesmo quando havia divergências no plano multilateral. No âmbito do comércio, por exemplo, Brasil e Estados Unidos assumiram posições diferentes e às vezes opostas nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e da Organização Mundial do Comércio. As divergências principais eram nas questões dos subsídios agrícolas e dos novos temas – como propriedade intelectual, serviços e compras governamentais. Ademais, no plano hemisférico, o Brasil privilegiava o fortalecimento do Mercosul. Ao assumir a co-presidência das negociações da ALCA com os Estados Unidos, o Brasil demonstrava não ser



contrário, a priori, ao projeto. Mas as dificuldades de conciliar os interesses divergentes levaram ao fracasso das negociações em 2005.

Na OMC, Brasil e Estados Unidos têm-se empenhado para destravar as negociações, apesar das divergências, como demonstram os constantes encontros bilaterais e a recente reunião do G-4 (Estados Unidos, Brasil, Índia e União Européia) em Nova Déli.

Nas questões de segurança, a adesão do Brasil aos principais regimes de desarmamento e de não-proliferação contribuiu para aproximar os dois países, como demonstrado em 2005, quando o Presidente Bush aceitou inspeções limitadas da Agência Internacional de Energia Atômica ao complexo nuclear de Resende. Os dois países, entretanto, divergem quanto ao combate ao terrorismo, ao Iraque e à tentativa dos Estados Unidos, no plano hemisférico, de militarizar as chamadas novas ameaças, como o narcotráfico. Isso não impede, porém, que os dois países cooperem bilateralmente no combate ao tráfico de drogas e a outros ilícitos transnacionais. Ademais, divergências quanto ao Plano Colômbia não impediram a cooperação dos Estados Unidos no estabelecimento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Nas questões ambientais, também há divergências. No regime de mudança climática, os Estados Unidos não ratificaram o Protocolo de Quioto e demandam que países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia, também reduzam suas emissões de gases poluentes, ao que a diplomacia brasileira se opõe. Mas, por meio do Programa Piloto do G-7 (PPG-7), Brasil e Estados Unidos cooperam para a preservação da Amazônia e da Mata Atlântica.

Relacionada à questão ambiental, está a recentemente firmada cooperação para a produção de biocombustíveis. Esse acordo e os encontros dos Presidentes Lula e Bush são sinais do excelente relacionamento entre os dois países, como destacado pelo Chanceler Celso Amorim. A cooperação na área de biocombustíveis tornou pública uma face pouco conhecida do relacionamento bilateral, que é a cooperação com terceiros países: Brasil e Estados Unidos pretendem cooperar para tornar o etanol uma commodity no mercado internacional e, para tanto, ofereceram cooperação para a produção e o desenvolvimento de tecnologias de combustíveis a países da América Latina e da África.

No continente africano, Brasil e Estados Unidos têm parceria em alguns projetos, como o de fortalecer o Legislativo de Guiné-Bissau. Apesar das divergências em relação às patentes de fármacos, o Congresso dos Estados Unidos recentemente parabenizou o Brasil por seus programas de combate à AIDS na África.

O crescimento dos fluxos comerciais e de investimentos entre Brasil e Estados Unidos também são sinais de que o relacionamento bilateral é positivo. Além de principal parceiro econômico, os Estados Unidos também são um dos principais parceiros em projetos sociais, particularmente no combate ao tráfico de pessoas – o Brasil é um dos oito países com os quais os Estados Unidos mantêm programas nessa área – e na promoção de igualdade racial – com destaque para as parcerias com a Fundação Ford.

As perspectivas do relacionamento bilateral são, portanto, positivas. Entretanto, as questões comerciais multilaterais devem ser destacadas. Em julho, vencerá a autorização do Congresso para o Presidente Bush negociar acordos comerciais, o que é uma dificuldade para o avanço das negociações da Rodada Doha. Ademais, o Congresso de maioria democrata não se decidiu sobre a Farm Bill, lei que regula os subsídios agrícolas. Sua manutenção também prejudicará as negociações da Rodada Doha. O Congresso aprovou, no entanto, a manutenção do Brasil no Sistema Global de Preferências dos Estados Unidos, o que têm animado a diplomacia brasileira.



Por fim, deve-se destacar que o Brasil é visto pelos Estados Unidos como importante interlocutor nas negociações multilaterais de comércio e na promoção da estabilidade política na América do Sul.

Questão 4

"Costumo dizer que a Europa é um mercado, sem dúvida. Sem uma base econômica, não podemos ter integração. Mas é também uma união política, tem de ter um projeto político que necessariamente se assenta em valores, e um desses valores essenciais é a solidariedade, porque, sem solidariedade, não há união."

Comente o trecho acima, extraído da entrevista que o Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, concedeu ao jornal Folha de S. Paulo, em 22 de abril de 2007, e identifique os principais desafios enfrentados pelo processo de integração na Europa no marco de seus cinquenta anos.

Fábio Simão Alves (20/20)

Tal como originalmente concebido no histórico Plano Schumann, no início dos anos 1950, o projeto do que hoje é a União Européia se caracterizava por ser um projeto eminentemente político, que tinha como instrumento a integração econômica. O objetivo da CECA (1952) e da CEE (1957) – reunidos, juntamente com a EURATOM (1957), no âmbito da Comunidade Econômica Européia, em meados dos anos 60 – era garantir a paz e a estabilidade política na Europa por meio da sinergia econômica entre seus países, especialmente entre Alemanha e França, que mais tarde viriam a constituir o motor franco-alemão do projeto integracionista.

Este projeto político não foi, no entanto, jamais assentado sobre uma base consensual. Ao longo de cinco décadas, debateram-se duas versões, que refletiam duas visões divergentes sobre qual deveria ser o verdadeiro objetivo do projeto de integração. A primeira versão defendia a Europa das Nações. De acordo com ela, a integração deveria assentar-se na formação de uma unidade política, uma federação européia ou os “Estados Unidos da Europa”. Segundo essa perspectiva, o objetivo do processo de integração seria romper as fronteiras entre os povos europeus, amalgamando-os numa única unidade política.

A segunda versão defendia a chamada Europa dos Estados. Segundo ela, a Europa deveria caminhar rumo a uma confederação de Estados soberanos, com a manutenção de suas soberanias e identidades. Fortemente defendida por setores nacionalistas do continente e pela França gaullista, este parece ter sido o projeto que se impôs. Com efeito, foi a visão consagrada no Ato Único Europeu (1986), no Tratado de Maastricht (1991) e no Tratado Constitucional (2004).

A construção da Europa política, acelerada a partir do Ato Único (num contexto de final de Guerra Fria que ameaçava tirar do continente a importância política e estratégica que tivera até então), seria consagrada com Maastricht – que instituiu os princípios gerais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), instrumento fundamental para fazer avançar a unidade política européia – e com o Tratado Constitucional, firmado em Roma, que consolidaria a União Européia, conferindo-lhe personalidade jurídica de direito internacional público e institucionalizando a PESC (inclusive com a criação de um ministro de relações exteriores). No entanto, a não ratificação do Tratado Constitucional por França e Holanda, em razão da recusa popular em ambos os países, foi um duro golpe para o projeto de união política da Europa. Desde então, a União tem estado em crise, que alguns



autores classificam de “crise de identidade” ou de “crise de meia-idade”, uma vez que o projeto de integração completou, em 25 de março de 2007, seu 50º aniversário.

Diversas são as dificuldades com que se defronta a União Européia neste momento, e que, de certa forma, a impedem de forjar a união política fundada na solidariedade de que nos fala J. Manuel Durão Barroso.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a fraqueza da base de valores que devem sustentar a união política. Em que pese ao consenso quanto a, por exemplo, liberdade, direitos humanos, democracia, laicismo, existem sérias divergências que opõem, por exemplo, europeísmo e nacionalismo, liberalismo e socialismo, entre outros. Cite-se o Tratado Constitucional: para os liberais, ele é demasiado socialista, ao passo que, para os socialistas, é demasiado liberal. Durante os debates que antecederam o referendo de ratificação na França, a Carta de Direitos do Tratado foi duramente criticada por todos os grupos políticos, o que demonstra falta de consenso quanto aos valores fundamentais que, segundo Durão Barroso, devem sustentar a união política européia.

Em segundo lugar, dois grupos se enfrentam quanto a qual deve ser a estratégia de integração do continente: expandir a UE para novos países ou aprofundar a integração entre aqueles que já são membros. Entusiastas da entrada de dez países do Leste Europeu em 2004, bem como da Romênia e da Bulgária em 2007, foram duramente criticados por aqueles que diagnosticavam na UE problemas que deveriam ser resolvidos antes de que se pensasse em novos alargamentos – no que têm razão, pois pouco ajuda arregimentar novos membros para um bloco em crise, que não sabe ao certo qual rumo tomar.

A possível admissão da Turquia é um terceiro problema, que reúne em escala ampliada os dois primeiros. Quanto aos valores fundamentais da União, muitos crêem impossível compatibilizar a Europa cristã, laica e liberal com a Turquia, muçulmana, com uma política fortemente influenciada pela religião e com problemas de consolidação democrática. Quanto ao processo de integração em si, a eventual admissão da Turquia romperia o equilíbrio político e institucional do bloco (por conta do tamanho populacional, que determina o voto ponderado em algumas euro-instituições), ameaçando aprofundar a crise da União.

Ademais, retrocessos em relação às conquistas já logradas são outra dificuldade com que se defronta a Europa dos 27. A PESC, por exemplo, embora delineada em Maastricht, não foi operacionalizada – e a dificuldade de ação conjunta dos Estados europeus, tal como evidenciada na cisão entre a “nova Europa” e a “velha Europa” por ocasião da Guerra no Iraque (2003), contribui ainda mais para miná-la. Mesmo o euro, símbolo da integração européia, tem sofrido contestações por parte da França e da Itália – o presidente-eleito da França, Nicolas Sarkozy, tem culpado as políticas “recessionistas” do Banco Central Europeu pelo baixo crescimento econômico do país.

Finalmente, vale mencionar a oposição dos “eurocéticos”, que não crêem no sucesso da Europa e levantam suas vozes – inclusive no Parlamento Europeu – contra o processo de integração.

Para lograr o sucesso de sua construção política, a UE deverá vencer os obstáculos que se lhe colocam. Sua inserção plena no sistema internacional, contribuindo decisivamente para o multilateralismo, dependerá da retomada de seu projeto político e da concentração de esforços para seu êxito.

Questão 5

Em 2008, será comemorado o centenário da imigração japonesa no Brasil. Discorra sobre as relações Brasil-Japão, comparando a década de setenta do século passado com o



período atual, do ponto de vista dos fluxos de comércio e de investimentos, das parcerias de cooperação e dos vínculos humanos existentes entre os dois países.

André Souza Machado Cortez (20/20)

Brasil e Japão são parceiros políticos e econômicos de longa data. Recentemente, contudo, em função da formação e consolidação do Mercosul e também devido às crises econômicas dos Tigres Asiáticos e do Brasil na década de 1990, esses países afastaram-se. A atual política externa brasileira (PEB) tem como um de seus objetivos reaproximar o País do Japão. Várias iniciativas foram implementadas nesse sentido.

Na década de 1970, Brasil e Japão viviam projetos econômicos de inserção na economia mundial radicalmente distintos. Por um lado, o Brasil dava continuidade ao seu processo de substituição de importações, baseado na associação entre capital privado nacional e investimentos externos (diretos e empréstimos) e governamentais (estes na área de infraestrutura). O Japão, por outro lado, organizava sua indústria voltando-a para a exportação de bens de alto valor agregado. A acumulação de poupança interna e os investimentos em tecnologia eram, dessa forma, essenciais para o projeto de recuperação econômica japonês. Tal disparidade, no entanto, não inviabilizou o comércio e as relações diplomáticas entre os países.

Protecionista, o Brasil não foi grande importador de manufaturados japoneses durante os anos 1970. Por outro lado, já era um importante exportador de bens primários para esse país. Data dessa década, inclusive, o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que logrou sucesso em introduzir o cultivo de soja na região Centro-Oeste. O projeto, atualmente em sua terceira etapa, foi em grande parte financiado por capital japonês, já que o Japão desejava emancipar-se da dependência da soja norte-americana. O PRODECER foi responsável também por alçar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a uma empresa de ponta no setor agrícola.

Atualmente, o Japão é grande investidor no Brasil. Entre os investimentos diretos, destacam-se as montadoras de automóveis Toyota e Honda. O governo japonês, por meio de sua agência de desenvolvimento, tem importantes projetos no Brasil. Merecem ser citados o projeto de prevenção de enchentes no Rio Tietê, em São Paulo, e o projeto de despoluição da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, além do já mencionado PRODECER. Em termos de investimentos, cabe também lembrar que o Japão tem interesse em participar da viabilização do projeto de integração sul-americana, IIRSA, na construção e financiamento de rodovias, barragens e demais obras de infraestrutura.

Se o Brasil continua sendo grande exportador de produtos primários para o Japão – como o era na década de 1970 –, com destaque para a soja e os minérios empregados em indústrias de tecnologia de ponta, o País passou a importar cada vez mais produtos japoneses. A abertura comercial dos anos 1990 foi determinante nesse sentido. Além de fábricas do setor automotivo, indústrias de outros bens de consumo como televisores e eletroeletrônicos também se instalaram no País.

Em termos de cooperação, destaca-se o recente Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), criado nos anos 1990. O objetivo desse órgão foi reaproximar as duas regiões e ampliar o conhecimento mútuo sobre suas realidades locais. Em 1999, o Brasil firmou com o Japão a “Aliança para o Século XXI”, a qual restabeleceu entre as nações o mesmo diálogo de alto nível que mantinham em anos anteriores, notadamente na década de 1970.

Uma das mais novas e promissoras parcerias entre os dois países diz respeito à televisão digital. Em recente acordo, o Brasil comprometeu-se a adotar o padrão japonês de



TV digital em troca de transferência de tecnologia em setores de ponta, como os semicondutores.

O relacionamento saudável entre Brasil e Japão também se fez sentir recentemente em foros multilaterais. Os países são parceiros de G-4 e convergem em relação à necessidade eminente de reformar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em termos populacionais, o Brasil concentra a maior comunidade japonesa fora do Japão. Se o País sempre foi um receptor de imigrantes, atualmente ele é ponto de partida de fluxos migratórios. Merece destaque, nesse sentido, o recente “fenômeno decasségui” – brasileiros descendentes de japoneses que voltam à terra natal de seus pais e avós em busca de trabalho. Grande parte das transferências unilaterais do balanço de pagamentos brasileiro advém daí. Cabe destacar que essa aproximação também é responsável por uma empatia cultural, reforçando em termos de vínculos humanos as relações entre Brasil e Japão.

Assim como ocorre com as demais parcerias tradicionais, a atual ênfase da PEB na cooperação sul-sul não prejudica a relação Brasil-Japão. Iniciativas recentes têm apontado para o incremento dessa parceria. As relações bilaterais entre os países tende a aumentar, seja por meio do comércio e dos investimentos, seja por conta dos fluxos migratórios, seja pelo entendimento mútuo em foros diplomáticos multilaterais.

*



INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 25 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.

Orientação para estudo

1. Versão (25 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (25 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Redação (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito



“correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- **Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)**

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- **Qualidade de linguagem (10 pontos)**

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times*, *The Washington Post e Guardian*, *The International Herald Tribune*, *The Financial Times*, *The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget's Thesaurus. Londres: Longman.

Webster's Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster's Third International Dictionary. New York: BD&L.



Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Ingês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Ingês, Ingês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Ingês, Ingês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary.** Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii.* **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations.** Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide.** Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English.** Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English.** Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations.** Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa.** São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage.** Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar.** Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate's Handbook:** English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:

<http://www.yourdictionary.com;>

<http://www.bbc.co.uk>

Prova de 2007

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)

A) (15 marks)

Translate into Portuguese the following text adapted from John Cornwell's **Seminary Boy** (New York: Doubleday, 2006):

By late 1944, and after four wartime home removals, I was attending a Catholic primary school run by Irish nuns and spinsters, surrounded by a hostile world of unbelief. One Sunday a V-2 rocket destroyed a nearby Anglican church, killing most of the congregation.



The next day Miss Doonan, who taught us so piously to make the sign of the cross, informed us that these people had been struck down by God because they were Protestants.

The day before we celebrated the end of the war in Europe, I was humming to myself, skipping ahead of the girl who took me to school, when two bull terriers hurtled round the corner and sank their teeth into my plump legs. I spent the morning in a doctor's surgery being stitched up and painted with iodine. According to the policeman who visited our house on Victory Day, the dogs' owner claimed that I had made the animals bite me by my singing and dancing.

Marcílio Falcão Cavalcanti Filho (14/15)

No fim de 1944, após quatro mudanças de residência por causa da guerra, eu freqüentava uma escola primária administrada por solteironas e freiras irlandesas, cercada por um mundo hostil de descrença. Num domingo, um foguete V-2 destruiu uma igreja Anglicana que ficava próximo, matando a maior parte da congregação. No dia seguinte, a senhorita Doonan, que nos ensinou tão fervorosamente a fazer o sinal da cruz, informou-nos que aquelas pessoas haviam sido golpeadas por Deus porque eram protestantes.

Um dia antes de celebrarmos o fim da Guerra na Europa, eu estava cantando bem baixinho, pulando à frente da garota que me levava para a escola, quando dois cachorros da raça bull terrier pularam de trás da esquina e cravaram os dentes na minha perna roliça. Eu passei a manhã em um consultório médico levando pontos e pinceladas de iodo. De acordo com o policial que visitou nossa casa no Dia da Vitória, o dono dos cães afirmou que eu havia provocado a mordida dos animais com a minha dança e a minha música.

B) (15 marks)

Translate into English the following text adapted from Wilson Martins' **A Palavra Escrita** (São Paulo: Editora Ática, 1996):

Não havia razão para que os gregos amassem e, por conseqüência, guardassem os seus próprios livros: Sócrates, como tantos outros, nada escreveu. Desprezando profundamente os "bárbaros", não havia igualmente razão para que amassem e, por conseqüência, procurassem guardar os livros estrangeiros. Assim, o povo letrado por excelência da Antiguidade, a pátria das letras e das artes, não possuía bibliotecas.

Para completar o paradoxo, é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra — escrita ou oral — como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas. Nisto, aliás, neste último traço, está gravado o caráter de um povo, voltado para a conquista do mundo e capaz de imediatamente perceber a utilidade de todas as armas: com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das idéias, dos projetos e dos empreendimentos.

Janaína Monteiro de Barros Frederico (13,5/15)

There was no reason for the Greeks to love and therefore keep their own books. Socrates, like so many others, wrote nothing. Deeply despising "barbarians", there was neither reason for them to love and therefore preserve foreign books. Thus, the most remarkably literate people of the Ancient World had no libraries.



In order to render the paradox complete, the best libraries and particularly the first public libraries, in the Western World, will belong to a military and bellicose, trading and practical, immediatistic and political people, who only allowed for words – written or spoken – as instruments for action. Indeed, this last trait summarizes the character of a people driven for world conquest and capable of instantly perceiving the utility of all weapons: with the Romans, book leave the sacred sphere to enter the profane one, shed their aura of aloofness to become means, and, available to everyone, turn into the privileged vehicle of ideas, projects and enterprises.

2 – SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES (Total: 25 marks)

A. Read the following text adapted from **Empires with Expiration Dates** by Niall Ferguson in FOREIGN POLICY, nr. 156 (Sept./Oct. 2006), and complete the exercises at the end. (10 marks)

B. Summarize the text, in your own words, in up to 200 words. (15 marks)

Empires, more than nation-states, are the principal actors on the stage of world history. Much of history consists of the deeds of the few score empires that once ruled alien peoples across large tracts of the globe. Yet the lifespan of empires has tended to decline. Compared with their predecessors, the empires of the last century were singularly shortlived. Reduced imperial life expectancy has profound implications for our own time.

Officially, there are no empires now, only 190-plus nation-states. Yet the ghosts of empires past continue to stalk the Earth. Regional conflicts are easily — nay, often glibly — explained in terms of imperial sins of yore: an arbitrary border here, a strategy of divide-and-rule there.

Moreover, many of today's most important states are still recognizably the progeny of empires. Imperial inheritance is apparent from the Russian Federation to Great Britain, Italy and Germany. India is the heir of the Mughal Empire and the British Raj, China the direct descendant of the Middle Kingdom. In the Americas, the imperial legacy is patent from Canada to Argentina.

Today's world, in short, is as much one of ex-empires and former colonies as it is of nation-states. Even institutions designed to reorder the world after 1945 have a distinctly imperial bent. For what _____ are the five permanent members of the U.N. Security Council if not a cozy _____ of empires past? And what, pray, is "humanitarian intervention" if not a more politically correct-sounding version of the western empires' old "civilizing mission"?

Empires' life cycles and geographic reach are remarkably irregular. Whereas the average Roman empire lasted over 800 years, equivalents elsewhere before the modern age survived no more than half that time.

The empires forged in the 20th century, by contrast, were comparatively short. Why did they prove so ephemeral? The answer lies partly in the unprecedented degrees of centralized power, economic control, and social homogeneity to which the Communists in Russia and China, the Fascists in Germany and Italy and the expansionist Japanese aspired. They were not content with the haphazard administrative arrangements that had characterized the old empires. Though they inherited from the 19th century nation-builders an insatiable appetite for uniformity, these new "empire states" repudiated religious and legal constraints on the use of force. They relished sweeping away old political institutions and existing social structures. Above all, they made a virtue of ruthlessness.



The empire states of the mid-20th century were to a considerable extent the architects of their own demise. In particular, the Germans and Japanese imposed their authority on other peoples with such unbridled ferocity that they undermined local collaboration thus laying the foundations for indigenous resistance. At the same time, their territorial ambitions were so boundless that they swiftly conjured into being an unassailable coalition of imperial rivals in the form of the British Empire, the Soviet Union, and the United States.

Empires do not survive for long if they cannot establish and sustain local consent and if they allow more powerful coalitions of rival empires to unite against them. The crucial question is whether or not today's global powers behave differently from their imperial forebears.

Publicly, the leaders of the American and Chinese republics deny entertaining imperial designs. Both states are the product of revolutions and have entrenched anti-imperialist traditions. Yet the mask does slip on occasions. In 2004 a senior presidential advisor confided to a journalist: "We're an empire now and when we act, we create our own reality." Similar thoughts may cross the minds of China's leaders. In any case, it is perfectly possible for a republic to behave like an empire in practice, while remaining in denial about its loss of republican virtue.

A historical pattern of U.S. imperial intervention underpins the widespread assumption that the U.S. military presence in Afghanistan and Iraq will not long outlast President Bush's term in office. Empire — especially unstated empire — is ephemeral in a way that sets our own age quite apart. In the American case, however, the real snag is not the alienation of conquered peoples or threats posed by rival empires (the prime solvents of other 20th-century empires) but domestic constraints.

These take three distinct forms.

The first can be classified as a troop deficit. The United States prefers to maintain a relatively small proportion of its population in the armed forces, at 0.5 percent. Moreover, only a small and highly trained part of this military is available for combat duties overseas. Members of this elite are not to be readily sacrificed. Nor are they easy to replace.

The second constraint on America's tacit empire is the burgeoning budget deficit. The costs of the war in Iraq have substantially exceeded the administration's forecast: \$290 billion since the invasion in 2003.

Finally, there is the attention deficit. Past empires were not sorely taxed to sustain public support for protracted conflicts. The American public, by contrast, tires quickly. It has taken less than 18 months for a majority of American voters to start viewing the invasion of Iraq as a mistake.

An empire will thrive and endure so long as the benefits of exerting power over foreign peoples outstrip the costs of doing so in the eyes of the imperialists; and so long as the benefits of knuckling under a foreign yoke exceed the costs of resistance in the eyes of the subjects. Such calculations implicitly take stock of the potential costs of relinquishing power to a rival empire.

For the time being, the costs of empire building look too high to most Americans while the benefits seem at best nebulous. Moreover, a rival equipped or willing to do the job is clearly wanting. With its republican institutions battered but still intact, the United States hardly passes muster as a latter-day Rome.

All that may change, however. In a world where natural resources are destined to become scarcer, the old mainsprings of imperial rivalry resist. Empire today is both unstated and unsung. History suggests, though, that the calculus of power could well swing back in its favor tomorrow.



Glauber David Vivas (15/15)

Despite the historical importance of empires, modern history has seen a marked decline in their lifespan. Today, nearly 200 nation-states exist and, officially, there are no empires.

Notwithstanding, the impact of empires on the modern world is pervasive. Many countries are the result of imperial actions of the past, as are many of today's conflicts. Even international organizations appear to be influenced by the offspring of empires.

The short-lived empires of the 20th Century were greatly responsible for their own downfall: their ruthlessness bred resistance and their expansionism contributed to the creation of opposing coalitions. Empires cannot overcome lack of local consent and powerful opponents.

The leaders of today's powers, such as China and America, deny having imperial intentions, thus the question of whether they behave differently when compared to their predecessors gains importance. In the American case, among several factors, one appears to make a significant difference: the lack of popular support for long wars.

Empires exist only while imperialists and their subjects believe there is a benefit. The American people's lack of support for long conflicts seems to prevent imperial designs. Notwithstanding, the increasing scarcity of resources could change that picture, and empires could stage a comeback.

TEXTUAL EXERCISES (Total: 10 marks, 2 per correct answer)

a) Fill in each of the two gaps in paragraph four of the text above with an appropriate word or phrase:

“For what truly are the five permanent members of the U.N. Security Council if not a cozy gathering of empires past?”

b) Choose the most appropriate substitute in context for the words underlined in paragraph twelve:

I. **taxed**: “Past empires were not sorely **taxed** to sustain public support for protracted conflicts.”

- 1) drained
- 2) compelled
- 3) levied
- 4) hurt
- 5) **pressed**

II. **protracted**: “Past empires were not sorely taxed to sustain public support for **protracted** conflicts.”

- 1) dreadful
- 2) damaging
- 3) **drawn out**
- 4) costly
- 5) withering



c) Re-write the following sentence from the antepenultimate paragraph of the text starting as indicated below:

“An empire will thrive and endure so long as the benefits of exerting power over foreign peoples outstrip the costs of doing so in the eyes of the imperialists.”

Only when the benefits of the exercise of power over alien civilizations outweigh their price in the eyes of the conquerors, will an empire grow or survive.

3 – COMPOSITION (Total 45 marks)

Write a composition on the following quotation from Albert Einstein:

“The unleashed power of the atom has changed everything save our modes of thinking and we thus drift toward unparalleled catastrophe.”

(Length: 350-450 words)

Felipe Krause Dornelles (20/45)

When Marx stated that revolutions were the locomotives of history, he probably envisaged the technical and scientific revolutions that would alter the course of human actions and thought. What he could not foresee, however, was the boundless destructive capacity of the atom bomb. While developments in nuclear technology have permitted many countries to expand an otherwise deficient energy base, the world continues to fear the prospect of a nuclear war. The end of the Cold War may have somewhat dissipated that fear, but the bellicose tendencies of political leaders are a constant source of preoccupation.

Many argue today that scientific experiments with nuclear fission have produced more good than evil. Principal in what pertains to the former is the enlarged capacity which some countries now have to produce energy. With nuclear power, it is possible to provide electricity to more people at a lower cost, especially given the rising prices of fossil fuels used in thermal plants. The environmental effects, though ultimately ambiguous, are visually pleasing: less smoke and a reduction of coal mining in what have once again become pleasant rural landscapes.

Some of these arguments, however, are difficult to sustain. On the one hand, while the European countryside seems to be regaining its idyllic wilderness, much of the nuclear waste produced is being exported to poorer countries, which have found a new, though immensely risky, source of income. On the other hand, it has not been clearly shown by world leaders that the benefits of nuclear energy outweigh the dangers of stockpiling and testing nuclear warheads. One is led to question whether nuclear experiments should be banned altogether.

The problem lies in the repeated demonstrations of irresponsible behavior by Western and non-Western leaders alike. Some countries, such as North Korea and Iran, have been deemed “rogue states” for their disregard of international norms regulating nuclear experiments. Western leaders, however, also defy societal beliefs and needs, as they undermine world peace by maintaining arsenals and, at least until the 1990s, conducting explosions. This attitude seems to reflect an unchanging militaristic mindset within most governments and, possibly, a significant portion of voters.



Pacifist leaders and intellectuals are, indeed, either lacking or not given enough voice. Albert Einstein himself was a vocal critic of the military uses of nuclear technology. Post-war norms which began to govern the use of this technology were imbued with a spirit of peace and development. It is this spirit which should today prevail.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2006

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman's contention** (in Muqtedar Khan's text "Radical Islam, Liberal Islam" in section 2 above) **that "those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular"**.

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration.**

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United



States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

*



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito.
5. Organização dos poderes no direito brasileiro.
6. Processo legislativo brasileiro.
7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal.
9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil).
2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*).
3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição;



diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo.

4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).

5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado.

6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).

7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).

8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).

Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).

Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).

Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).

Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).

Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.



- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
- RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.
- REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
- THORSTENSEN, Vera. **OMC: Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2003.

Prova de 2007

Questão 1

Tendo em conta o direito das gentes dos dias de hoje, comente o famoso *obiter dictum* proferido pela Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) no julgamento do Caso Lotus, assim redigido:

“International law governs relations between independent States. The rules of law binding upon States therefore emanate from their own free will as expressed in conventions or by usages generally accepted as expressing principles of law and established in order to regulate the relations between these co-existing independent communities or with a view to the achievement of common aims. Restrictions upon the independence of States cannot therefore be presumed.”

(In: Coleção de Julgados da CPJI. Caso Lotus, Série A — № 10, 7 de setembro de 1927, p. 18).

Tradução não-oficial:

O direito internacional rege as relações entre Estados independentes. As regras de direito que vinculam os Estados procedem, portanto, de suas vontades manifestadas nas



convenções ou nos costumes geralmente aceitos como consagradores dos princípios de direito e estabelecidos com vistas a regulamentar a coexistência dessas comunidades independentes ou a atingir objetivos comuns. Logo, as limitações à independência do Estado não se presumem.

Pedro Henrique Fleider Wolanski (20/20)

*A decisão da CPIJ representa interpretação essencialmente voluntarista do Direito Internacional Público, para a qual a vontade dos Estados seria o único elemento capaz de gerar normas de Direito das Gentes. Os veículos introdutores da manifestação de vontade seriam os tratados, a prática reiterada de certas condutas tidas, pelos Estados, como jurídicas, e o reconhecimento dos princípios gerais de Direito. Considerando que tratados, costumes e princípios gerais de Direito são as fontes **principais** (secundadas pela doutrina, pela jurisprudência e, havendo possibilidade, pela equidade) elencadas no rol presente no estatuto da Corte Internacional de Justiça, pode-se afirmar que o assento da CPIJ permanece, em sua essência, correto e atual.*

*Após a segunda Guerra mundial foi-se fortalecendo a corrente chamada **objetivista** do DIP. A necessidade de convivência entre os Estados seria, para essa linha, capaz de gerar normas independentemente da vontade estatal: ubi ius, ubi societas. De fato, crescem os defensores da existência de um jus cogens em DIP, corpo normativo que poderia, grosso modo, ser comparado às normas de ordem pública internas. Supera-se, assim, a concepção do DIP como fenômeno descentralizado e dependente unicamente da vontade estatal para ser elaborado e cumprido. É essa nova compreensão que, por exemplo, habilita o C.S.N.U. a combater quaisquer ameaças à paz e à segurança internacionais, ainda que causadas por Estados não-membros das Nações Unidas.*

Diante desses novos desenvolvimentos do DIP, tanto no campo doutrinário quanto no positivo, a decisão da CPIJ, embora correta, deve ser reinterpretaada. Os Estados são, ainda, a principal fonte do DIP, mas começa a surgir, pouco a pouco, um corpo de normas independente da vontade estatal, composto, entre outras manifestações, pelo jus cogens e pelas decisões das Organizações Internacionais, entes dotados de personalidade e, portanto, de vontade.

Questão 2

Pancrácio, estrangeiro domiciliado no Brasil, viaja ao Reino de Diomira, país em que a prática de jogos de azar é lícita. Lá, aposta e perde. Na jurisdição de Diomira, celebra acordo para pagamento futuro. Não honrada a dívida, o credor promove ação de cobrança em território diomiriano. Tendo a decisão condenatória no Estado de celebração do acordo transitado em julgado, o interessado requer à justiça brasileira a homologação da sentença para cobrar a dívida no território nacional.

Considerando essas circunstâncias, disserte sobre a possibilidade de êxito do pedido, tendo em conta o direito internacional privado brasileiro.

Pedro Henrique Bandeira Brancante Machado (19/20)

O direito internacional privado brasileiro encontra sua fundamentação na Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Esse decreto-lei, promulgado em 1942 e ainda vigente,



constitui uma “lei sobre as leis” que, dentre outras disposições, estabelece os parâmetros para dirimir conflitos espaciais entre diferentes ordenamentos jurídicos nacionais. Para o caso em tela são indispensáveis os artigos 9º e 15º da LICC, o primeiro por discutir os elementos de conexão entre as distintas legislações nacionais, o segundo por estabelecer os requisitos para a execução de sentença estrangeira em território brasileiro.

É importante salientar que, desde a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a competência para homologação de sentença estrangeira transferiu-se do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este, ao receber o requerimento do interessado residente no Reino de Diomira, não avaliará o mérito do caso julgado, mas tão somente as condições de sua execução em território brasileiro.

Ao iniciar sua análise, o STJ constatará que o fato de Pancrácio ser estrangeiro domiciliado no Brasil em nada obsta a homologação, por ser o direito internacional privado brasileiro tributário do princípio da *lex domicilii*, e não do da *lex patriae*. Tampouco importa ao nosso regime jurídico a ilicitude dos jogos de azar no território nacional, pois o ato foi praticado em país que o permite, não perturbando a ordem pública ou os bons costumes brasileiros. Em todo caso, o objeto sob avaliação do STJ é o contrato feito entre Pancrácio e o interessado e, segundo o direito internacional privado brasileiro, deve prevalecer o princípio de *lex loci contractus*, isto é, vale a lei de onde foi celebrado o acordo entre particulares de diferentes países.

Não havendo, portanto, imperfeições nos elementos de conexão entre a legislação diomiriana e a brasileira, o STJ procederá com a homologação da sentença (visto que já transitada em julgado no estrangeiro) assim que receber a devida tradução juramentada do documento. Pancrácio não poderá recorrer da decisão em tribunais brasileiros, dado que a homologação não julgou o mérito da decisão judicial em Diomira, mas apenas declarou válida a execução da cobrança da dívida no território nacional.

Questão 3

O ordenamento jurídico nacional prescreve que compete ao presidente da República a formulação e a condução da política externa. Ao Poder Legislativo, no entanto, são reservadas atribuições no campo das relações internacionais. Descreva como se dá a atuação das casas congressionais, de modo isolado e conjunto, nesse domínio.

Leandro Vieira Silva (18/20)

Foi Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu, quem primeiro discorreu, com propriedade, acerca do axioma que estabelece que só o poder limita o poder. No âmbito das relações internacionais do Estado brasileiro, se ao Executivo cabe a primazia na condução da política externa, ao Poder Legislativo estão reservadas importantes prerrogativas constitucionais.

Chefiado pelo Presidente da República, o Poder Executivo é responsável pela negociação, assinatura, ratificação, promulgação e publicação dos atos internacionais de que faz parte o Brasil. Após a negociação e a assinatura do tratado ou convenção, o Presidente da República encaminha, por meio de Mensagem, o texto do pacto e a exposição de motivos elaborada, ordinariamente, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, para serem analisados por ambas as Casas congressuais, a começar pela Câmara dos Deputados. Em havendo aprovação (tanto nas Comissões temáticas quanto no Plenário), o processado segue para análise no Senado Federal, sob o mesmo procedimento. Aprovado o



tratado, o Presidente do Senado Federal autoriza, por meio de Decreto Legislativo, a ratificação, a promulgação e a publicação do ato internacional pelo Presidente da República. Doravante, o texto passa a existir com força normativa no direito interno. Frise-se, por oportuno, que, durante a tramitação legislativa, as Casas congressuais detêm a prerrogativa de apor reservas a cláusulas do tratado, que deverão ser respeitadas pelo Chefe do Executivo. O Legislativo, no entanto, não pode emendar texto do tratado.

Além das importantes prerrogativas acima descritas, ao Senado cabe aprovar as indicações para a chefia de missões diplomáticas de caráter permanente. O encaminhamento do Presidente da República (por meio de Mensagem) deve ser analisado e aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com posterior apreciação pelo Plenário.

Ademais, os debates sobre política externa mobilizam cada vez mais o Poder Legislativo, que tem convocado, com frequência, o Chanceler para expor as diretrizes e receber questionamentos. Por meio desses checks and balances, o Estado brasileiro apresenta melhores condições de formular política externa legítima, transparente, em consonância com os anseios da sociedade civil.

Questão 4

Há quem veja no regionalismo verificado em todos os continentes tendência irreversível nas relações internacionais. É possível afirmar que quase todos os Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) participam de bloco econômico ou de esquema de integração regional. A convicção de que, em comércio internacional, é proibido fazer favores — traduzida juridicamente na cláusula da nação mais favorecida — não estaria em descompasso com as discriminações comerciais praticadas pelos blocos econômicos em prol de seus membros? Haveria, na opinião do candidato, como conciliar a cláusula da nação mais favorecida com o regionalismo e a política de blocos econômicos?

Leandro Vieira Silva (18/20)

É sobretudo no contexto do pós-Guerra Fria que se insinuam, com maior frequência, as forças centrípetas, de coesão, e as centrífugas, de fragmentação, presentes na ordem internacional. Nesse momento histórico, nações de todos os quadrantes acentuam a busca de união em torno de blocos econômicos, para melhor competirem em um mundo em que o muro ideológico leste-oeste cede lugar à inexorável lógica de integração dos mercados.

Valendo-se da possibilidade de excepcionar a cláusula da nação mais favorecida no caso dos blocos econômicos regionais (prevista, de resto, desde o GATT), arranjos institucionais político-econômicos são elaborados – ou aperfeiçoados – na América do Sul (Mercosul, Comunidade Andina), Europa (desde Maastricht, em 1992, União Européia) e África (União Aduaneira da África Austral – SACU). Enfatize-se, no entanto, que a tendência ao regionalismo, exacerbada na década de 1990, não se contrapõe à globalização ou à lógica de mercado da cláusula da nação mais favorecida; ao contrário, é a ambição de maior competitividade em âmbito multilateral que alimenta os blocos regionais – as discriminações comerciais intra-bloco são importantes instrumentos para o fortalecimento dos países-membros, em perfeita conformidade com os ditames da Organização Mundial de Comércio, em funcionamento a partir de 1995. Não se trata, pois, de favor algum, mas da convicção de que espaços regionais melhor integrados têm amplas e melhores condições de competir em âmbito global.



Ao menos dois fatores corroboram essa assertiva: o volume e a intensidade das transações comerciais nunca foram tão elevados no mundo. A OMC, que tende à universalização no tocante ao número de países-membros, conta com Órgão de Solução de Controvérsias virtualmente cogente e sugestivamente sancionador (sem ser impositivo), que confere legitimatio ad causam não apenas a Estados mas também a blocos econômicos com personalidade jurídica de direito internacional. À toda evidência, a política dos blocos econômicos, com a particularidade das discriminações comerciais, tem servido, de maneira inequívoca, aos propósitos do comércio multilateral.

Questão 5

A Segunda Conferência da Paz, realizada na Haia — ora às vésperas de completar cem anos —, deixou importante legado para as relações internacionais. A atuação brasileira no encontro foi, em particular, relevante. Das inúmeras intervenções do chefe da nossa delegação, uma merece maior atenção. Trata-se da réplica, feita de improviso por Rui Barbosa, à censura a ele dirigida pelo presidente da Conferência, que o advertiu de que aquela assembléia deveria evitar envolver política em suas discussões. Da manifestação de Rui, proferida em 12 de julho de 1907, pode-se extrair o seguinte trecho:

“Não há nada mais eminentemente político, debaixo do céu, que a soberania. Não há nada mais resolutamente político, senhores, que pretender-lhe traçar limites. Não será, portanto, política da mais declarada e franca, o que estais fazendo, quando procurais alçar, com o arbitramento obrigatório, uma barreira ao arbítrio das soberanias? Essas entidades absolutamente políticas, as soberanias, cujos representantes sois nesta Conferência, iriam abdicar parte da sua independência nativa nas mãos de um tribunal, obrigando-se a lhe submeter certas categorias de pleitos entre Estados soberanos.”

(In: STEAD, William. **O Brasil em Haia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 102. xvii, 190 p.)

Comente a passagem transcrita, considerando as modificações verificadas na cena internacional nos últimos tempos no tocante à via jurisdicional judiciária de solução de conflitos internacionais.

Rita Bered de Curtis (20/20)

A réplica elaborada por Rui Barbosa explicita a estreita relação existente entre aspectos políticos e jurídicos no plano internacional. Ao atribuir caráter político à soberania, que é elemento jurídico de constituição do Estado, o jurista não abandona sua doutrina da igualdade jurídica das nações. Ao contrário, a complementa. As atuais modificações nos mecanismos judiciais de solução de controvérsias internacionais permitem retomar a doutrina de Rui Barbosa na sua análise.

Observam-se, atualmente, tendências de positivação do direito internacional e de jurisdicização das relações entre Estados. Essas tendências ficam claras na importância que a Corte Internacional de Justiça consolidou nos últimos anos e no início da atuação do Tribunal Penal Internacional. Ambas representam instâncias de decisão jurídica, são desprovidas de conteúdo político e aplicam o princípio da igualdade jurídica das nações. Regem-se, entretanto, por estatutos emanados de negociações de uma coletividade de entes políticos, como são as soberanias estatais.

O fundamento de existência dessas cortes não é, assim, a supranacionalidade ou a flexibilização da soberania, mas a reunião dessas vontades soberanas no desejo de atribuir



força jurídica aos mecanismos de solução pacífica de controvérsias. A CIJ impõe, dessa forma, sentenças obrigatórias aos Estados. Esses Estados devem, no entanto, ter-se submetido voluntariamente à jurisdição da Corte no livre exercício das suas soberanias. Observa-se, portanto, que a CIJ é órgão jurídico, permanente e independente de instâncias políticas das Nações Unidas, como é o Conselho de Segurança, mas é fundado na manifestação de vontades de entes eminentemente políticos, como são os Estados. Ressalte-se, ainda, a evolução representada pelo TPI no sentido da jurisdicização das relações internacionais. Ao firmar-se como tribunal permanente, afasta críticas que foram dirigidas aos tribunais ad hoc para Ruanda e para a antiga Iugoslávia referentes a seu caráter político, porquanto eram cortes constituídas ex post facto por órgão político, como é o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A análise dessas duas importantes cortes de direito internacional, a CIJ e o TPI, permite retomar conceitos de Rui Barbosa, como o caráter político da soberania e a igualdade jurídica das nações.

*



NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa:

1. Noções de Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Mudanças de equilíbrio, efeito-preço, efeito-renda e efeito-substituição. Taxa marginal de substituição. Curva de demanda. Deslocamento da curva e ao longo da curva. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. Classificação de bens. Excedente do consumidor. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. Excedente do produtor. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 1.4. Comércio internacional e política comercial. Teorias clássicas. Vantagens absolutas e comparativas. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Pensamento neoclássico e liberalismo comercial. A crítica de Prebisch e da Cepal.

2. Noções de Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Os conceitos de Produto e Renda Interna, Produto e Renda Nacional, Renda Disponível Bruta, Poupança Bruta Doméstica e capacidade ou necessidade de Financiamento Externo. Conceitos e cálculo do Déficit Público. A Conta de Balanço de Pagamentos: estrutura e cálculo do resultado do Balanço. Números Índices. Deflator Implícito e Índices de Preço ao Consumidor. 2.2. Evolução do pensamento macroeconômico. Keynesianismo, monetarismo e escolas posteriores. 2.3. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Moeda e preços no longo prazo. 2.4. Flutuações econômicas no curto prazo. Oferta e demanda agregadas. Papel das políticas monetária e fiscal. Inflação e desemprego. 2.5. Noções de macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Taxa de câmbio nominal e real. Taxas de juros.

3. Economia Brasileira. 3.1. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira na Primeira República. 3.2. A crise de 1929 e a industrialização brasileira na década dos trinta. O impacto da Segunda Guerra sobre a economia brasileira e os desdobramentos subsequentes. 3.3. A Nova Fase de Industrialização. O Plano de Metas. 3.4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 3.5. A Retomada do Crescimento 1968-1973. A desaceleração e o segundo PND. 3.6. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 3.7. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. 3.8. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil.

Bibliografia sugerida:

ABREU, Marcelo P. A. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.



- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Metodológicas do Balanço de Pagamentos. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil.** Nº 1, junho, 2001. (texto disponível na página: <http://www.bcb.gov.br>)
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro.** (Capítulos 2, 9, 10 e 11). 4ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FEIJÓ, Carmem A. et al. **Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil.** (Capítulos 3 e 5). 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 2003.
- GAMBIAGI, Fabio; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004).** Editora Elsevier/Campus, 2005.
- LACERDA, Antonio Corrêa de. **Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional.** São Paulo: Lazuli Editora, 2006.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo.** São Paulo: Paz e Terra, 2005
- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson, 2006.
- PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.). **Manual de economia.** 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, W. D. **Economia.** 17ª Edição: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” in M. C. TAVARES (1979): **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.
- VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização.** Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva, 1979.

Prova de 2007

Questão 1

Recorde seus estudos sobre evolução da análise econômica, noções de Economia Internacional e formação da economia brasileira. Contraste as implicações da teoria clássica do comércio e da teoria do desenvolvimento – esta associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – quanto à inserção de países em desenvolvimento na estrutura do comércio internacional

Marcelo Azevedo de Araújo (20/20)

Formulada em reação ao pensamento mercantilista, a teoria clássica do comércio, em todas as suas vertentes, defende as vantagens do livre comércio. Para Adam Smith, um dos pioneiros dessa escola, a abertura de uma economia a trocas internacionais seria benéfica, na medida em que a ampliação de mercados possibilitaria o aprofundamento da divisão do



trabalho, estando nesse pensador já implícita a idéia de retornos crescentes de escala. O comércio, segundo Smith, deveria ocorrer com base na importação de produtos nos quais não se têm vantagens absolutas e na exportação de produtos nos quais se têm. Assim, a autarquia ocorreria no caso de um país possuir vantagens absolutas em todos os bens.

A teoria clássica do comércio, todavia, atingiu a maturidade com a obra de David Ricardo. Segundo o economista, mesmo que um país tivesse vantagens absolutas na produção de todos os bens, o livre comércio poderia ser vantajoso, pois deveriam ser considerados os custos relativos, ou seja, o custo de oportunidade de deixar de produzir um bem para produzir outro. Ganha relevo, dessa forma, o conceito de vantagem comparativa, que os países devem explorar, para obter ganhos de comércio. Ao especializar-se na produção dos bens nos quais possui vantagens comparativas, portanto, uma economia poderia trocá-los no mercado mundial, de forma a obter mais produtos nos quais não possuem essa vantagem do que poderiam produzir internamente. As diferenças de estruturas de custo internas são explicadas por meio da existência de distintos níveis de desenvolvimento tecnológico. O comércio é considerado benéfico sempre que dois países não possuem estruturas de custo iguais.

O modelo desenvolvido por Ricardo foi refinado por Heckscher e Ohlin, em cuja teoria as diferenças tecnológicas são substituídas pela dotação de fatores. Segundo esses economistas, um país deveria especializar-se na produção de bens cujo fator mais importante encontra-se de modo abundante no mercado interno.

De acordo com a teoria clássica, com efeito, seja qual for a sua vertente, os países em desenvolvimento deveriam inserir-se no comércio internacional como importadores de bens manufaturados e exportadores de produtos primários: conforme Smith, porque detêm vantagens absolutas na produção destes bens de baixo valor agregado (mão-de-obra barata, terras abundantes, etc.); conforme Ricardo, porque detêm vantagens comparativas (baixo custo de oportunidade para produzir esses bens em comparação com os países industrializados); e, conforme Heckscher e Ohlin, porque são vantajosamente dotados dos fatores necessários para a produção desses bens primários.

A teoria do desenvolvimento, contudo, tende a rejeitar esses argumentos, defendendo outro tipo de inserção internacional para os países periféricos. Segundo o pensamento de Raúl Prebisch, economista mais destacado da escola cepalina, o comércio internacional não seria sempre vantajoso para todos os países. De acordo com o autor, os países periféricos repassariam seus ganhos de produtividade para os países centrais em função da deterioração dos termos de troca (DTT).

Esse fenômeno possui, ao menos, duas explicações importantes. Em primeiro lugar, a DTT ocorreria porque os produtos primários são relativamente inelásticos à renda da demanda. Assim, na medida em que a renda mundial encontra-se em constante expansão, os bens primários tenderiam a perder valor relativo frente os industrializados, que não possuem essa inelasticidade. Em segundo lugar, a deterioração seria produzida pela maneira como se estruturaram os mercados de trabalho nas diferentes economias. Nos países centrais, a existência de fortes sindicatos faria que os aumentos de produtividade se traduzissem em aumento de salários. Nos periféricos, ao contrário, a existência de amplo setor de subsistência faria que o aumento da produtividade não pressionasse a remuneração da mão-de-obra, mas que comprimisse os preços dos produtos. Conclui-se, assim, que o comércio internacional se daria por meio de trocas desiguais, não-favoráveis aos países em desenvolvimento.

Com base nesse prognóstico, os economistas cepalinos defendem um modelo de inserção internacional bastante distinto dos economistas clássicos. De acordo com a teoria do desenvolvimento, deveriam as economias periféricas manter certo nível de protecionismo,

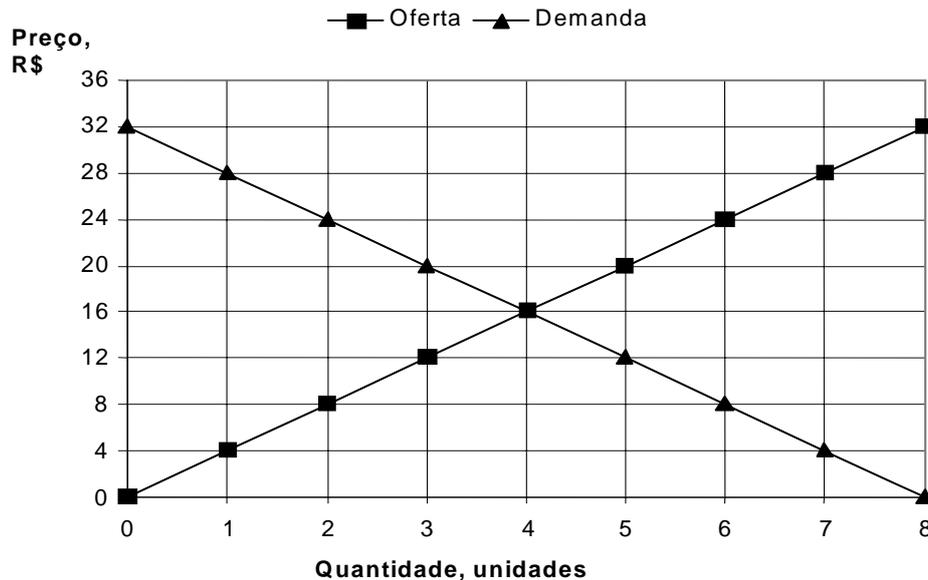


para que se pudesse dinamizar o mercado interno, a fim de produzir bens de maior valor agregado. A própria adoção de um modelo de desenvolvimento endógeno, ao diminuir a produção para exportação e, portanto, reduzir a oferta externa de bens primários, deveria, ademais, contribuir para atenuar os efeitos negativos da deterioração dos termos de troca.

As diferentes maneiras como enfocam as trocas internacionais, com efeito, levam a teoria clássica e a teoria do desenvolvimento a fazer recomendações bastante distintas acerca da abertura ou do fechamento das economias em desenvolvimento.

Questão 2

Recorde seus estudos sobre noções de Microeconomia e Economia Internacional. Um bem é comercializado internacionalmente ao preço de R\$ 8,00. Comparado com o resto da economia mundial, o país denominado ficticiamente República Fechada é relativamente muito pequeno. Dispõe de barreiras que impedem o comércio exterior. Nele se comercializa o bem conforme as curvas de oferta e demanda abaixo.



- Quais são o preço e a quantidade de equilíbrio e a receita total da venda do bem em equilíbrio na República Fechada? (2 pontos)
- Suponha que se tivesse registrado progresso tecnológico na produção do bem, levando a um novo preço de equilíbrio de R\$ 12,00. Indique a quantidade nesse novo equilíbrio e calcule, pelo método do ponto médio, a elasticidade-preço da demanda entre o novo ponto de equilíbrio e o original. (4 pontos)

Para responder aos itens de **c** a **g**, desconsidere a hipótese de progresso tecnológico e reconsidere o equilíbrio original. Suponha que o governo da República Fechada esteja cogitando duas opções de medida econômica.

- A opção 1 consiste em cobrar imposto diretamente dos compradores, no valor de R\$ 8,00 por unidade. Qual seria a quantidade de equilíbrio nesse caso? (3 pontos)



- d) Ainda na opção 1, quanto pagariam, incluindo o imposto, os compradores por unidade do bem? Quanto receberiam os vendedores por unidade do bem? (2 pontos)
- e) A opção 2 implica permitir a importação do bem, mas sujeito a uma taxa de importação de R\$ 4,00 por unidade. Quais seriam o preço e a quantidade de equilíbrio? (3 pontos)
- f) Ainda na opção 2, quantos bens demandados na República Fechada seriam produzidos dentro e fora do país, em equilíbrio? (3 pontos)
- g) Quanto o governo arrecadaria em impostos oriundos da comercialização do bem, em equilíbrio, em cada uma das opções 1 e 2? (3 pontos)

Frederico Bauer (20/20)

- a) *No ponto de equilíbrio de mercado deste determinado bem na República Fechada, o preço de equilíbrio é de R\$ 16,00 e a quantidade de equilíbrio é de 4 unidades. A receita total da venda de tal bem no ponto de equilíbrio calcula-se multiplicando-se a quantidade vendida pelo preço do produto, obtendo-se assim a quantia de R\$ 64,00.*
- b) *A tecnologia – junto com o capital físico, o capital humano e os recursos naturais – é um dos fatores a determinar a produtividade de uma economia. Progresso tecnológico aumenta a produtividade, deslocando-se assim a curva de oferta para a direita.*
Neste caso, com o deslocamento da curva de oferta para a direita e a obtenção de um novo preço de equilíbrio de R\$ 12,00, a nova quantidade de equilíbrio passa a ser de 5 unidades (não há deslocamento da curva de demanda).
Calculando-se a elasticidade-preço da demanda do produto pelo método do ponto médio, temos um índice, em módulo, de $|0,77|$, o que significa uma baixa elasticidade.
- c) *A imposição de imposto sobre os consumidores desloca a curva de demanda para a esquerda, mantendo-se a curva de oferta na mesma posição. Sendo o imposto de R\$ 8,00 por unidade, a nova quantidade de equilíbrio cai para 3 unidades do produto.*
- d) *Com o deslocamento da curva de demanda causada pela tributação, os compradores passariam a pagar R\$ 20,00 por unidade do produto (já incluídos os R\$ 8,00 de impostos), enquanto os vendedores receberiam apenas R\$ 12,00 por unidade vendida.*
- e) *Considerando-se que a economia da “República Fechada” seja relativamente pequena em relação à economia mundial, sua abertura ao mercado não implicaria mudanças no preço internacional do bem. Permitindo-se sua importação, com taxa de R\$ 4,00 por unidade importada, o novo preço de equilíbrio seria de R\$ 12,00 (preço praticado internacionalmente somado à taxa de importação) e a quantidade de equilíbrio seria de 5 unidades comercializadas.*
- f) *Ao preço de R\$ 12,00, os ofertantes nacionais, segundo a curva de oferta, disponibilizariam 3 unidades do produto. Assim, 3 unidades seriam produzidas internamente e duas delas seriam importadas. Registre-se que os vendedores têm interesse em vender produtos confeccionados internamente para evitar a tributação, razão pela qual optam por vender 3 unidades produzidas internamente ao invés de simplesmente importar as 5 unidades a serem comercializadas.*



g) *Nos termos da opção 1, sendo 3 as unidades negociadas, e o imposto de R\$ 8,00 por unidade, o governo arrecadaria R\$ 24,00. Nos termos da opção 2, sendo de R\$ 4,00 a taxa de importação por unidade do produto e duas as unidades comercializadas de origem estrangeira, a arrecadação do governo seria de R\$ 8,00.*

Questão 3

Recorde seus estudos sobre moeda e sistema bancário e sobre Formação da Economia Brasileira.

- a) Defina moeda e aponte suas funções. (5 pontos)
- b) Discuta o enfraquecimento das funções da moeda no Brasil nos anos 1980. (5 pontos)
- c) Explique o processo de criação de moeda, defina o multiplicador monetário e discuta o papel da Autoridade Monetária nesse processo. (10 pontos)

Eduardo Terada Kosmiskas (19/20)

a) *Moeda pode ser definida como qualquer tipo de objeto que cumpra três funções básicas em uma economia: ser reserva de valor, unidade de conta e meio de troca. Para evitar que as trocas comerciais numa economia só ocorram quando houver a dupla coincidência, isto é, o produto que o vendedor oferece ser trocado exatamente pelo produto que o comprador ofertar, a moeda funciona como meio de troca, permitindo a separação do ato da compra do ato de venda no tempo. Para servir de base de preços de uma economia, dando um valor nominal homogêneo para os mais diversos produtos e facilitando cálculos fracionários, a moeda funciona como unidade de conta. Por possuir valor em si como meio de troca, podendo ser retida pelo agente econômico para necessidades futuras de consumo, a moeda também funciona como reserva de valor.*

b) *Na década de 80, o brasileiro teve de conviver com taxas de inflação cada vez mais altas, que corroíam o valor nominal da moeda e desorganizavam o cálculo dos preços relativos. Assim, para evitar perder o poder aquisitivo da moeda que tinham em mãos, os brasileiros começaram a buscar ativos financeiros ou moedas estrangeiras para fins de poupança, perdendo a moeda a sua função de reserva de valor. Como estava submetida a alterações constantes no seu valor por causa dos planos econômicos e dos constantes reajustes, a moeda nacional foi perdendo sua função de unidade de conta, com alguns contratos, como os de aluguel, sendo indexados em moeda estrangeira. Embora os constantes reajustes de preços tenham também causado muitas dificuldades àqueles que usavam a moeda na sua função de meio de troca, esta função não foi radicalmente enfraquecida, como nos países em que se observou o fenômeno da hiperinflação.*

c) *Os depósitos à vista feitos nos bancos comerciais, junto com a moeda emitida pelo governo, fazem parte do nível mais líquido de moeda de uma economia, M1. Como, com exceção de uma crise de confiança no sistema bancário, a maioria dos correntistas não tentará retirar todo o dinheiro de seus depósitos ao mesmo tempo, o banco poderá conceder empréstimos sem precisar retirar dos depósitos à vista, contabilmente, o valor desses empréstimos. Estes empréstimos podem ser concedidos tanto para clientes quanto para outros bancos. Os bancos que receberem um empréstimo, após terem retido a parte compulsória estabelecida pela autoridade monetária central, poderão igualmente conceder empréstimos para outros bancos e clientes. Assim, o multiplicador monetário opera por meio*



da capacidade dos bancos de conceder empréstimos sem que seja necessário possuir no seu cofre a base “real” desses empréstimos.

O Banco Central, autoridade responsável pela política monetária do país, utiliza três instrumentos para controlar a quantidade de moeda na economia: a taxa de redesconto, os depósitos compulsórios e as operações de mercado aberto. Ao aumentar os depósitos compulsórios exigidos dos bancos, estes terão que reduzir seus empréstimos, contraindo, pelo efeito multiplicador monetário, a oferta de moeda do país. A taxa de redesconto é a taxa cobrada pelo BC dos bancos que o procuram em busca de empréstimos. Se o BC aumenta a taxa de redesconto, aumentam os custos dos bancos para contrair empréstimos, tendo eles que comprometer uma parte maior dos seus depósitos para pagá-los. Com menor quantidade de depósitos, a quantidade de empréstimos diminui, e, pelo efeito do multiplicador monetário, também a criação de moeda na economia. Por meio das operações de mercado aberto, o BC controla a oferta na economia, comprando e vendendo títulos no mercado financeiro. Ao vender títulos, o BC diminui a oferta de moeda, já que a moeda que é usada para pagar os títulos será retirada das mãos dos agentes econômicos. Ao comprá-los, o BC expande a quantidade de moeda na economia, usando suas reservas para pagar os títulos que estavam nas mãos dos agentes.

Questão 4

Recorde seus estudos sobre atividade econômica e contas nacionais, noções de Economia Internacional e Formação da Economia Brasileira. Considere a seguinte nomenclatura para agregados das contas nacionais:

- Y = PIB;
- C = consumo das famílias;
- G = gastos do governo;
- I = investimento bruto total;
- X = exportações de bens e serviços; e
- M = importações de bens e serviços.

Considere ainda a seguinte nomenclatura para dois componentes do Balanço de Pagamentos:

- TC = transações correntes; e
- BC = balança comercial de bens.

Recorde que no Brasil não mais se incluem serviços de fatores (remuneração aos fatores de produção) na conta de serviços, mas, sim, na conta de renda das transações correntes.

Período	Crescimento real, %	C/Y %	G/Y %	I/Y %	X/Y %	M/Y %	(X-M)/Y %	BC/Y %	TC/Y %
1967-73	10,7	69,6	10,9	20,3	6,7	7,6	-0,9	-0,2	-2,0
1974-79	6,9	69,2	9,7	23,5	7,2	9,7	-2,5	-1,5	-4,6
1980-84	1,4	67,8	9,6	21,4	10,8	9,8	1,0	1,2	-3,9
1985-89	2,0	60,9	12,4	22,8	10,6	6,4	4,2	4,8	-0,2

Nota: Os dados por período são médias aritméticas aproximadas de dados anuais do período.

Fontes: IBGE (Sistema de Contas Nacionais - Anual) e BCB-DEPEC



- a) Defina o PIB (Y) pela ótica do dispêndio. (2 pontos)
- b) Na tabela, os saldos dados por BC/Y têm sinal negativo nos dois primeiros períodos e positivo nos dois últimos. Comente as causas de tal inversão. (6 pontos)
- c) Comente as relações entre os dados apresentados para TC/Y e BC/Y na tabela. Indique, em seus comentários, outros componentes do Balanço de Pagamentos e outras variáveis que contribuiriam para a melhor compreensão dessas relações. (6 pontos)
- d) Comente as implicações das evoluções de TC/Y e BC/Y em relação aos outros componentes do PIB e ao crescimento da economia brasileira entre 1967 e 1989. (6 pontos)

Candice Sakamoto Souza Vianna (20/20)

a) *O PIB (Y) pode ser definido pela ótica do dispêndio de acordo com a equação seguinte: $Y = C + G + I + Nx$, em que C se refere ao consumo das famílias, G aos gastos do governo, I aos investimentos das empresas e Nx às exportações líquidas do país. Por essa visão, analisa-se como cada agente econômico despense sua renda. Os gastos totais da economia devem corresponder ao PIB, produto total dessa mesma economia. Dada sua facilidade de cálculo, essa é a metodologia mais utilizada.*

b) *A inversão nos saldos comerciais reflete momentos econômicos distintos no Brasil. Na década de 1970, o País vivia o “Milagre Econômico” e, mesmo após o primeiro choque do petróleo, continuou a crescer a elevadas taxas. O Brasil presenciava a implantação do modelo de industrialização por substituição de importações, havendo grande necessidade de importar máquinas e equipamentos industriais. Logo, as importações eram expressivas. Elas aumentaram ainda mais com o choque do petróleo, uma vez que a economia nacional era altamente dependente de mercados externos para a obtenção desse recurso natural. Já com relação às exportações, o Brasil buscava ampliar mercado e alterar a pauta de exportação, o que de fato ocorreu, embora não de maneira significativa, pois os produtos importados possuíam ainda maior valor agregado. Portanto, nesse período, verifica-se déficit na balança comercial.*

Tal quadro era possível devido aos saldos positivos na conta de capitais. A alta liquidez mundial, o crescimento interno e as elevadas taxas de juros estimulavam a entrada de divisas por meio do endividamento externo, fato que mantinha a balança de pagamentos em equilíbrio.

Já na década seguinte, houve grave crise econômica. A elevação dos juros internacionais, conjugada à queda da liquidez, causou problemas de insolvência em países cuja dívida externa era expressiva, de forma a inverter a conta de capitais. Para arcar com o endividamento externo, era preciso aumentar a entrada de divisas, o que se fez por meio da promoção de exportações. O governo concedia créditos e incentivava a exportação com a finalidade de tornar a balança comercial superavitária. Além disso, o baixo crescimento interno, devido à recessão, facilitou essa política, diminuindo a demanda por importados e elevando os excedentes exportáveis.

Por fim, deve-se citar a maxidesvalorização ocorrida ao final da década de 1970, a qual aumentou a competitividade do País no exterior, incrementando as exportações. Por esses motivos, nota-se superávit comercial no período.



c) *A evolução da BC e das TC nesse período revela o comportamento crescente dos déficits em conta de serviço e de renda. Dado que as transferências unilaterais são positivas, porém pouco relevantes quantitativamente, serão desconsideradas na análise.*

A balança comercial, apesar da elevação e do superávit, não se refletiu nas transações correntes, que se manteve deficitária. O déficit da conta de serviços e de renda foi em torno de 1,8%, 3,1%, 5,1% e 5% respectivamente aos períodos considerados. São dois os principais fatores explicativos de tal quadro. O primeiro é a industrialização crescente da economia brasileira por meio da presença de multinacionais. Os lucros e royalties auferidos contribuíam para a saída de divisas na conta de rendas.

Adicionalmente, na década de 1970, os empréstimos estrangeiros se elevaram sobremaneira. Esse fato fez que, na década seguinte, o serviço da dívida fosse parte expressiva do déficit na conta de rendas, mantendo o déficit em transações correntes a despeito do superávit na balança comercial. Além disso, as altas nos juros internacionais agravaram esse cenário. Logo, nota-se como a elevação da entrada de divisas na conta de capital na década de 1970 promoveu déficits em renda, principalmente no período subsequente.

d) *Em relação ao crescimento econômico, a deterioração no balanço de pagamentos reduziu o crescimento do País, causando a recessão da década de 1980. Na década anterior, o consumo e o investimento puderam-se manter elevados, devido à entrada de capitais na conta de capital. Entretanto, na década de 1980, houve recessão decorrente dos desequilíbrios já citados, o que contraiu o consumo e o investimento internos. Nota-se que em todo o período, o Brasil manteve-se como importador de poupança externa, o que viabilizou os investimentos, a despeito da baixa taxa de poupança interna. Somente com a redução do déficit em transações correntes ao final da década de 1980, pôde o Brasil voltar a crescer, embora a taxas muito mais modestas, retomando seu equilíbrio nas contas externas.*

Questão 5

Recorde seus estudos sobre noções de Economia Internacional e Formação da Economia Brasileira. Ao comentar “a grande depreciação cambial do último decênio do século [XIX], provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório (...)”, Celso Furtado nota que o governo Campos Salles (1898-1902) “adotou pela primeira vez no Brasil um conjunto de medidas econômico-financeiras coordenadas e visando a um objetivo definido, que era reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e a restabelecer o crédito exterior do governo” (p.172).

a) Em momentos de pressão inflacionária, credores internacionais tendem a associar a concessão de novos créditos à implementação de políticas monetárias restritivas, bem como à adoção de medidas de ajuste fiscal. Discuta a racionalidade subjacente a essa tendência e mostre como ela se coaduna com a avaliação de Furtado. (15 pontos)

b) Discuta a postura dos credores internacionais no contexto da concessão do “funding loan” de 1898. (5 pontos)

Luiz Fellipe Flores Schimdt (20/20)

Entidades que fazem empréstimos a Estados soberanos de maneira geral, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Clube de Paris, no período recente, ou os ingleses da



Casa Rothschild, no caso do Brasil da virada do século XX, geralmente vinculam a concessão desses empréstimos à adoção de “receituário” específico que, em geral, pouco varia, contendo sempre elementos de política monetária e fiscal restritivos. Tais políticas envolvem um “enxugamento” da liquidez interna, seja por elevação dos juros básicos, aumento do encaixe compulsório e medidas afins, seja pela redução dos gastos governamentais e/ou aumento dos impostos (ajuste fiscal). Isso causa, por um lado, recuo da inflação, devido à retração da demanda, que desencoraja alta de preços. Por outro lado, essa retração interna também age no sentido de reverter o déficit na balança de pagamentos, forçando a redução das importações e um crescimento da exportação dos bens produzidos, que não mais encontram mercado no país.

Ambas as medidas têm a mesma finalidade: preservar a capacidade de pagamento pelo país de seus compromissos externos. Caso não se apliquem essas medidas, a inflação e o déficit comercial acabam por pressionar por uma desvalorização do câmbio, reduzindo a capacidade de pagamento do país e aumentando o risco de “default” (não-pagamento). Evitar esse risco é o motivo da exigência, por parte dos credores, de tais medidas restritivas. Celso Furtado identifica essa intenção no governo Campos Sales: caso nada fosse feito, cessariam os empréstimos internacionais. O Brasil vinha da crise especulativa do início da República (o “Encilhamento”), na qual a expansão monetária imoderada, em parte decorrente da autorização dada aos bancos privados para emitir moeda, provocou grande desvalorização do mil-réis e perda do acesso a financiamentos internacionais.

Campos Sales, antes de sua posse, foi à City londrina negociar com os Rothschild os termos do empréstimo conhecido como Funding Loan. Os credores mostravam-se reticentes em aprovar o empréstimo em virtude do discutido acima, somente aceitando concedê-lo mediante a adoção das medidas mencionadas, além de outras como a vinculação da moeda brasileira ao padrão-ouro, ou seja, seu lastreamento às reservas soberanas do metal.

*



QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo. A prova terá o valor de 50 (cinquenta) pontos e consistirá em questões de compreensão de texto(s) na língua escolhida pelo candidato. As respostas deverão ser dadas na mesma língua.

Apresentam-se, abaixo, os programas dessas provas. Não se incluem exemplos de provas anteriores, em respeito ao princípio da isonomia.

ALEMÃO

A prova de Alemão constará de questões de compreensão de texto(s), em língua alemã, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua alemã. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

ÁRABE

A prova de Árabe constará de questões de compreensão de texto(s), em língua árabe, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua árabe. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

CHINÊS (MANDARIM)

A prova de Chinês (Mandarim) constará de questões de compreensão de texto(s), em Mandarim, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em Mandarim. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

ESPAÑHOL

A prova de Espanhol constará de questões de compreensão de texto(s), em língua espanhola, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua espanhola. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de questões de compreensão de texto(s), em língua francesa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua francesa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.



JAPONÊS

A prova de Japonês constará de questões de compreensão de texto(s), em língua japonesa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua japonesa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

RUSSO

A prova de Russo constará de questões de compreensão de texto(s), em língua russa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua russa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

*